

Caderno de Literatura

Porto Alegre - Dezembro 2005 - Ano IX - nº 13





**Dom Quixote
atacando o moinho**
Técnica: acrílico sobre papel
21 x 28 cm

DANÚBIO GONÇALVES

Pintor, desenhista e gravador, nascido em Bagé em 1925. Foi aluno de Bule Marx e Portinari. Aperfeiçoou-se em Paris. Fundou, em 1951, com outros artistas, o Clube da Gravura de Bagé. Participou do Clube da Gravura de Porto Alegre. Privilegia a temática social gaúcha e desenvolve marcante atividade didática na capital do Rio Grande do Sul. Um dos principais artistas plásticos brasileiros da atualidade.

Homenagem do Caderno de Literatura a *Miguel de Cervantes Saavedra* (1547-1616), autor da imortal obra *Dom Quixote de la Mancha*, editada em 1605.

**Caderno de
Literatura**

Dezembro 2005

- 04 **2006: uma década de existência**
Ricardo Pippi Schmidt
- 05 **Correio**
- 06 **Memorial da vida breve**
Jorge Adelar Finatto



Caderno de Literatura

Fundado em 13 de junho de 1996

Caderno de Literatura na internet:
www.ajuris.org.br

Presidente da AJURIS

Carlos Rafael dos Santos Júnior

Vice-Presidente Cultural

Ricardo Pippi Schmidt

Diretor do Departamento de Cultura

Jorge Adelar Finatto

Conselho Editorial

Antonio Guilherme Tanger Jardim

Antonio Janyr Dall'Agnol Júnior

Carlos Saldanha Legendre

Jorge Adelar Finatto

José Carlos Laitano

Paulo Porcella (artista plástico)

Jornalista Responsável

Carlos Alberto de Souza – 4994 DRT-RS

Revisão

Niamara Pessoa Ribeiro

Assistente Editorial

Viviane Muccillo Tigre

Projeto Gráfico

Karin Kazmierczak

Pré-impressão e Impressão

Gráfica Editora Pallotti

AJURIS

Rua Celeste Gobbato, 81 – 4º andar

Porto Alegre – RS – CEP 90110-160

Fone: (51) 3284.9100 – Fax: 3224.6844

E-mail: cadliteratura@ajuris.org.br

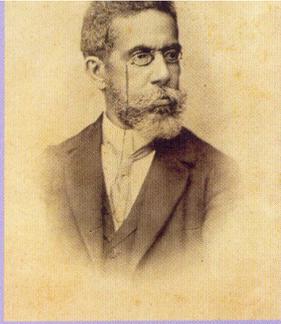
Tiragem: 25.000 exemplares

Distribuição gratuita

Apoio: Banco do Estado do Rio Grande do Sul

O Caderno de Literatura não é vendido, e todas as colaborações são feitas a título gratuito. É distribuído aos magistrados brasileiros e portugueses, a escolas, universidades, agentes e entidades culturais do Brasil e de diversos países. A memória cultural é nosso assunto.

- 07 **O Rio Grande português**
Sérgio da Costa Franco
- 08 **A mulher luso-açoriana no povoamento do extremo sul da América portuguesa**
Beatriz Vasconcelos Franzen
- 13 **Viver nos Açores: solidão e plenitude**
Valesca de Assis
- 14 **Memória arquitetônica portuguesa em Porto Alegre**
Luiz Merino de Freitas Xavier
- 16 **Portugal, temas gaúchos e o Quixote**
Alberto Crusius



- 18 ***Eça de Queirós***
Luís António Noronha Nascimento
- 22 ***Breve oração para Coimbra***
Álvaro Alves de Faria
- 24 ***Machado de Assis: um parecer jurídico***
Wilson Carlos Rodycz
- 26 ***Noite mágica homenageia Erico Veríssimo em Cruz Alta***
Carlos Alberto de Souza
- 27 ***Lembrando Erico***
Ricardo Pippi Schmidt
- 28 ***Acaso e história se encontram no Fórum de Cruz Alta***
Ricardo Luiz da Costa Tjader

- 39 ***Sociedade Literária, 1882***
Nei Mitidiero
- 40 ***Questão de perspectiva***
Adair Philippsen
- 42 ***Fidêncio Quixote***
Darcy Azambuja



- 46 ***O silêncio do artista***
Tito Madi

Um juiz brasileiro: 29
Márcio Oliveira Puggina
Denise Oliveira Cezar

Os cabelos de Beethoven 31
Luiz Lúcio Merg

Primórdios do Judiciário no Brasil 32
Eduardo Bueno

Insegurança pública: diagnóstico e soluções 35
Luiz Eduardo Soares



Histórias do Vassil 44
José Augusto Lindgren Alves

Numa esquina de Santiago 47
Carlos Saldanha Legendre

Populus Vult Decipi 48
José Nedel

Soneto da nova ausência 48
Antonio Carlos Osório

As sombras da vinha 49
Maria Carpi

2006: uma década de existência

Ricardo Pippi Schmidt

EM uma sociedade que privilegia a imagem e valoriza a rapidez das informações, em que os meios de comunicação de massa tendem à alienação e à fragmentação, preservar um espaço permanente de divulgação da cultura literária pode parecer tarefa nada fácil.

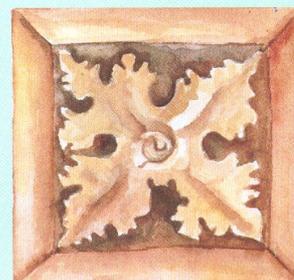
No caso do Caderno de Literatura da AJURIS, no entanto, as dificuldades logo se transformam em desafios e se convertem em fonte de prazer e experiência para aqueles que, liderados por Jorge Adelar Finatto, nosso dedicado Diretor do Departamento de Cultura, fazem desta tarefa uma rica aventura através da arte e do saber.

Em 2006, a revista completará dez anos de existência, fruto da inspiração e dedicação de uma equipe de colaboradores que, emprestando sua arte e ofício a cada edição, transformaram o nosso Caderno de Literatura em verdadeiro cartão de visitas da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul.

Com ele viajamos o mundo, interagindo com outras culturas. São 25.000 Cadernos que, a cada edição, passeiam pelo Brasil afora, enviados a todos os recantos deste e de outros países que compartilham da nossa mesma língua portuguesa, e que a partir de agora também estarão disponíveis pelo meio eletrônico.

É com satisfação, pois, que apresentamos mais esta edição do Caderno de Literatura, de número 13, ao mesmo tempo em que anunciamos a coleção completa dos Cadernos de Literatura em formato digital a todos e para todos disponibilizada e acessível através da nossa página na internet (<http://www.ajuris.org.br>) ou junto à Biblioteca Virtual da Escola Superior da Magistratura da AJURIS.

Ricardo Pippi Schmidt é Vice-Presidente Cultural da AJURIS. Juiz de Direito em Porto Alegre - RS.



Ilustrações de Sônia Heinz
Aquarela sobre papel, 2005



Sou professora de História e uma grande admiradora da arte, com bacharelado abordando o artista Pedro Américo, do período do academicismo no Brasil durante o Segundo Reinado. E, ainda, trabalhei em várias exposições no MARGS, em especial, na exposição "Ado Malagoli: tradição e modernidade" (conforme artigo pág. 24 do *Caderno nº 12*). Os membros do *Caderno de Literatura* estão de parabéns pela produção textual valorizando nossas raízes, ou melhor, a cultura gaúcha. E, por fim, venho através desse e-mail solicitar algum número de caderno anterior, se possível, já que não há como adquirir nas bancas, o qual será de grande valia para pesquisas futuras. Reitero, mais uma vez, a magistral publicação.

Nara Lúcia Barbosa Vieira
Porto Alegre - RS

Agradeço o envio da 12ª edição do *Caderno de Literatura*. O tratamento gráfico e a qualidade dos textos, especialmente o de José Augusto Lindgren Alves, Embaixador do Brasil na Bulgária, são impecáveis. A correta e, ao mesmo tempo, leve e agradável redação do Diplomata proporcionam uma incitante leitura de Sófia. Parabéns!

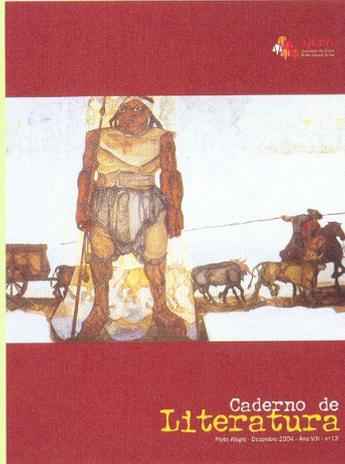
Leonardo de Farias Duarte
Juiz de Direito - PA

Tive o prazer de receber o *Caderno de Literatura* nº 12. Impressionou-me a qualidade e a variedade dos assuntos nele versados. Felicito e cumprimento todos os responsáveis pela Revista, que espero continuar a receber. Os representantes do Judiciário do Rio Grande do Sul continuam à frente também nesse campo! Abraços,

Cláudio Gomes
Juiz de Direito aposentado
Apamagis - SP

Como bem diz a mensagem de abertura do Dr. Jorge Adelar Finatto, "o tempo de estar no mundo é breve", por isso é gratificante pertencermos ao seletivo grupo de magistrados privilegiados com o benefício de acesso a tão importante publicação cultural. Desejo grandes sucessos à AJURIS e a sua importante Diretoria, bem como a seus familiares e amigos, neste e nos anos vindouros e que eu seja sempre brindada com a remessa de seu *Caderno de Literatura*. Muitíssimo obrigada.

Antonia Campos Serra
Juíza do Trabalho aposentada
TRT 8ª Reg. - Belém - PA



Impossível resistir à leitura do *Caderno de Literatura*. É agradável o contato com a cultura gaúcha mostrada em seus artigos na busca de raízes da formação deste Brasil e o que mais ilustra o *Caderno*. Cumprimentos. Atenciosa e fraternalmente,

Flávio Di Pilla
Brasília - DF

Desejo agradecer penhoradamente aos colegas da AJURIS a remessa que me fizeram do *Caderno de Literatura* - Porto Alegre - Dezembro 2004 - Ano VIII - nº 12. Gostei imensamente de todas as crônicas e especialmente daquela escrita pelo eminente Desembargador Milton dos Santos Martins, a quem quero parabenizar com um forte abraço, desejando a sua excelência que Deus lhe dê sempre os melhores sonhos e as mais belas poesias durante toda a sua vida!

Nicolau Loureiro Lopes da Silva Neto

Agradeço o envio de dois exemplares do *Caderno de Literatura*. As publicações são realmente de alto nível, tanto literário como no papel utilizado, nas obras escolhidas para ilustrações, no arrojado e moderno planejamento gráfico. Fico muito contente em poder apresentar para meus professores um trabalho bem elaborado e de grande valor cultural. Muito obrigado pela distinção,

Daniel Miranda

Tenho a satisfação de agradecer pelo recebimento do *Caderno de Literatura* nº 12, gentilmente enviado por essa importante Associação. Cordiais saudações,

Ruben Becker
Reitor da Universidade Luterana do Brasil

Fiquei impressionado com a qualidade na apresentação da revista, com a importância dos temas enfocados, sejam históricos ou literários, e cada vez mais estou orgulhoso da nossa cultura gaúcha. Na condição de escritor, poeta e amante da literatura, venho solicitar-lhes o envio das próximas edições, ou, se não for possível, o envio de alguns números atrasados.

José Ronaldo Viega Alves
Santana do Livramento - RS

Nascido na cidade de Rio Grande (RS), de pais bageenses, foi com vibrante entusiasmo que recebi o *Caderno de Literatura* de dezembro de 2004, que me fez relembrar e aprimorar a história de meu Estado e sua epopéia dos Farrapos. Após a viuvez de minha mãe, minha família mudou-se para São Paulo, por razões de parentesco. Mas meus pais já haviam colocado em nossa alma o orgulho de sermos gaúchos, que sempre mantivemos até hoje. Agradeço as revistas, que sempre leio com prazer e emoção. Saudações gauchescas.

Marcus Vinicius dos Santos
Desembargador aposentado do TJSP

Tive a oportunidade de receber o *Caderno de Literatura* por intermédio de meu pai, Daniel Guimarães, que é Juiz do Trabalho na cidade de Mogi das Cruzes - São Paulo. A partir do zelo gráfico, passando pela excelente qualidade artística, escolha e desenvolvimento dos temas e finalizando na qualidade dos textos que compõem a obra, houve em mim, que sou advogado na cidade de São José dos Campos - São Paulo, o sopro de esperança de que há operadores do Direito que levantam seus olhos da pragmatividade jurídica, os apontam ao horizonte e fixam em suas retinas, mentes e almas ser o mundo composto tanto de normas jurídicas quanto de História, Filosofia, Artes, relatos edificantes e boas conversas.

William Guimarães
São José dos Campos - SP

memorial da vida breve

Jorge Adelar Finatto

Vi todos os trabalhos que se faziam debaixo do sol, e eis que tudo era vaidade e um esforço para alcançar o vento.

Eclesiastes 1:14

ESCUTAR o outro é, talvez, a forma mais elevada de sensibilidade.

O mundo está povoado de seres falantes, que só ouvem as próprias razões, num monólogo ensurdecedor.

A generosidade, a empatia, o respeito, para essas pessoas, não têm voz nem vez.

Esquecem que a vida, como disse o maestro Tom Jobim, não é dada: é emprestada.

Somos inquilinos do tempo.

Existimos por um momento e depois vamos habitar a memória de Deus.

Um dia renascemos da sombra e do silêncio.

Alguns, contudo, vivem como se fossem eternos. Como se não tivessem de devolver o seu quinhão de vida humana. Existem sem qualquer noção de limite, nenhuma idéia de bondade com o semelhante.

Muitos dos males que nos atormentam vêm do esquecimento desta cláusula pétrea da existência, que é a morte.

A consciência de que tudo tem fim devia nos remeter a uma atitude de mais humildade e de cuidado diante da vida.

Todos estamos empenhados na árdua tarefa da sobrevivência. Mas isso não justifica a barbárie e tampouco a insensibilidade com nossos vizinhos de planeta. Algumas pessoas tornam-se feras no meio da luta. Outros, os verdadeiros perdedores, vendem a alma ao diabo, fazem qualquer coisa na busca de poder e dinheiro.

Os abandonados, os esquecidos, os que têm fome de justiça e ternura encontram naquele que os escuta (de coração aberto) uma razão para continuar. Motivo pra não desistir na absurda tempestade que nos enlaça.

O que fazer nessa escuridão?

De minha parte, estou empenhado em arrumar a casa do ser. Sonho em mantê-la limpa, com o fresco e claro aroma das manhãs. Espero que as pessoas se sintam acolhidas nessa casa simples, com flores da estação no jardim.

Não é difícil ser solidário e atento ao nosso irmão. Coisa possível de exercitar no dia-a-dia, com um pouco de perseverança, um pouco de cordialidade, e sobretudo com fé e trabalho para alcançar um mundo melhor e mais humano para todos.

É bom saber que podemos viver ao lado das pessoas e não contra elas. Amorosamente, honestamente. A grande arte.

Enquanto estamos vivos, estimado leitor, sentemos em volta da mesa comum do tempo para a partilha da palavra.

A partilha do pão, a partilha do abraço.

Detalhe da obra *Vitalité Cosmique*, óleo sobre tela da artista plástica francesa Lisélión. Parisiense, Lisélión expõe com grande destaque na França e em países da Europa. www.liselion.net - liselion@noos.fr

Jorge Adelar Finatto é Diretor do Departamento de Cultura da AJURIS. Editor do Caderno de Literatura. Juiz de Direito em Porto Alegre - RS. finatto@tj.rs.gov.br

O Rio Grande português

Sérgio da Costa Franco

Detalhe dos azulejos portugueses que compõem a fachada de prédio situado na Rua Riachuelo, em Porto Alegre - RS. Foto: F. Zago - Studio Z.

POR ocasião de recente seminário de história rio-grandense, alguém perguntou minha opinião a respeito da controvérsia que existiu entre historiadores locais, sobre a possível influência espanhola no Rio Grande do Sul, em contraste com a tradicional prevalência lusitana. Respondi, sem muitos rodeios, que a questão me parecia hoje superada, pois o Rio Grande, a esta altura, oscila entre as influências culturais da etnia alemã e da etnia italiana, que se tornaram, política e culturalmente, as predominantes. Uma pilhéria escapista, bem acolhida pelos ouvintes.

Entre os brasileiros do Nordeste e do Sudeste pesou contra os gaúchos a pecha de sermos espanholados, brasileiros por acidente, marcados pela influência dos costumes, da língua e da cultura platinas. Foi esse o caso de escritores eminentes que nos conheciam mal, como Capistrano de Abreu, Basílio de Magalhães, João Ribeiro, Sílvio Romero e Humberto de Campos, além de outros desinformados. Mesmo entre nós não faltou quem alimentasse, a exemplo do historiador Alfredo Varella, idéias semelhantes acerca das vinculações platinas do Rio Grande do Sul. É certo que não chegou ao extremo de Capistrano de Abreu, de lamentar que se houvessem consolidado as fronteiras do Brasil com o Rio Grande por dentro delas... Mas foi manifesta sua inclinação separatista e é certo que procurou caracterizar a Revolução Farroupilha como uma insurreição platina.

Contra os preconceitos dos Capistranos e Romeros e contra os arroubos filocastelhanos dos Varellas, reagiu a maior e melhor parcela da intelectualidade rio-grandense, sendo seu grande intérprete o escritor Moysés Vellinho, que em sua *Capitania del Rei* e em *Fronteira* demonstrou insofismavelmente as raízes lusitanas do Rio Grande do Sul. Acompanhou-o nesse passo a absoluta maioria do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Excelentes razões sobravam para esta corrente de pensamento, apesar de alguns excessos de fervor lusitanista, que levava até a excluir da pauta da história gaúcha o capítulo dos Sete Povos das Missões, porque o importantíssimo empreendimento econômico e cultural esteve subordinado aos propósitos do Rei da Espanha e dos jesuítas espanhóis. Tal exclusão envolvia uma evidente demasia etnocêntrica, ignorando a circunstância de que as Missões foram um fato do território, que deixou traços profundos e seqüelas indiscutíveis.

Pela década de cinquenta do século passado, muito se discutiu se Sepé Tiaraju podia, ou não, ser considerado um herói gaúcho, posto que vinculado a um projeto espanhol. O problema, que não era científico, não poderia ser dirimido segundo os cânones da ciência, mas apenas por critérios políticos e sentimentais. Creio que hoje ninguém pretenda excluir da pauta histórica rio-grandense a saga missioneira, que deixou marcas no imaginário popular e na própria economia pastoril, mas também não há quem pretenda negar a profunda integração do Rio Grande com o Brasil, bem como o papel pioneiro que tiveram bandeirantes paulistas, portugueses do continente europeu e açorianos na ocupação, conquista e organização do território do Estado.

O Rio Grande português aí está, com seus parceiros, os negros (presentes, estes, desde a primeira hora), moldando costumes, tradições, crenças, arte popular, arquitetura, o plano das cidades e o traço das velhas casas campeiras. Toda a organização do território e as estruturas administrativas foram obra do colonizador luso-brasileiro, branco ou mestiço, constante mesmo na hora de receber e instalar os novos imigrantes europeus, para projetar suas colônias e preparar o caminho de sua consolidação e progresso. "Essas correntes migratórias - observa o ensaísta Laudelino T. Medeiros - foram captadas e inseridas numa contextura social já organizada e em plena atividade."

Depois de vencer o adversário espanhol, delimitando fronteiras irredutíveis desde 1801, o Rio Grande português abriu-se deliberadamente ao concurso de outras etnias, que, prósperas e dinâmicas, hoje exercem inegável liderança econômica, política e até, em parte, cultural. A cultura luso-açoriana, típica e pura nos seus elementos, ficou confinada a alguns nichos, como é o caso da legendária Santo Amaro do Sul ou da isolada Mostardas. Em quase todas as áreas do território estadual, o Rio Grande português tornou-se multiétnico, convivendo e mesclando-se com o contingente italiano, com o alemão ou com o polonês, num tranqüilo processo de aculturação.

Chama a atenção do observador a plasticidade da cultura luso-brasileira, sua capacidade de adaptação à influência dos imigrantes. Porto Alegre, da cidade portuguesa que ainda era em 1830, passou a ser, no final do século XIX, uma cidade germanizada, relegando a segundo plano até mesmo seus valores artísticos originais. A arquitetura de linguagem barroca e lusitana cedeu espaço abertamente ao gosto alemão, a ponto de quase nada se haver preservado das antigas construções. Se não houvessem sobrevivido o Teatro São Pedro, a Igreja da Conceição, a velha Assembléia e alguns outros espécimes raros, ninguém diria que Porto Alegre foi uma criação do mundo português.

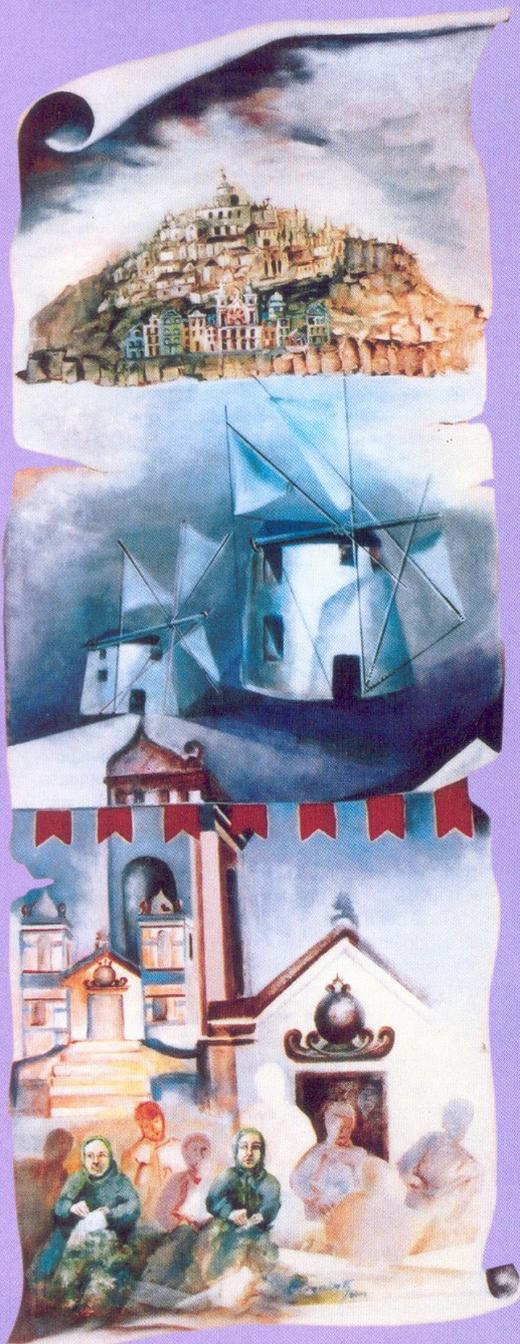
Mas houve também, de parte das correntes migratórias, um sinal de adesão à cultura dos pioneiros: os centros de tradições gaúchas, florescendo em todas as áreas do Estado, inclusive nos núcleos tradicionais dos neo-rio-grandenses, são prova de um reconhecimento ao passado pastoril, guerreiro e aventureiro que garantiu a conquista do território e plasmou a identidade simbólica do gaúcho.

O Rio Grande português, mesmo atropelado pela emergência e prevalência de outras etnias, continua vivo em numerosas manifestações artísticas e simbólicas e pelo culto às suas tradições e à sua história.

Sérgio da Costa Franco é escritor e historiador. Procurador de Justiça aposentado - RS.

A mulher luso-açoriana no povoamento do extremo sul da América portuguesa

Beatriz Vasconcelos Franzen



Açores lá e cá - acrílico sobre tela - Projeto ENARTES
Obra de Elizabeth Costa

A presença oficial dos portugueses na região do rio da Prata se faz, efetivamente, com a fundação da Colônia do Sacramento, em 1680.

Anterior a essa data, a presença portuguesa na área pode ser observada a partir da ação de contrabandistas, mercadores de escravos, marinheiros de navios que chegavam à região e até mesmo dos bandeirantes paulistas que, avançando sobre as regiões do Guairá, do Tape e do Itatim, buscavam índios nas reduções jesuíticas espanholas em territórios que abrangem a chamada região platina, isto é, banhada pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, formadores da bacia hidrográfica – Bacia Platina - e que, juntos (Paraná com seu afluente Paraguai e o rio Uruguai), desembocam no estuário do Prata (o chamado rio da Prata).

A fundação da Colônia do Sacramento, ação oficial da Coroa portuguesa, concretiza um sonho luso, acalentado desde os inícios do século XVI - levar as fronteiras da América portuguesa até o rio da Prata. A necessidade de estabelecer pontos de apoio para a Colônia vai possibilitar uma expansão portuguesa pelo litoral do extremo sul do Brasil, que, apesar de ser já considerado como português e conhecido através das expedições de mercadores de escravos e dos jesuítas portugueses no século XVII, só viria a ser efetivamente povoado a partir da instalação de pontos de povoamento na costa de Santa Catarina: São Francisco do Sul, Desterro e Laguna.

A fundação de Rio Grande, em 1737, no litoral do atual estado brasileiro do Rio Grande do Sul, representa a conquista da área.

Nesta ação desbravadora e conquistadora, Portugal contou, predominantemente, com seus filhos – homens – destemidos, audazes, aventureiros em busca de fortuna que avançavam sobre estas terras, mesclando-se com as índias da região, o que permitiu o aparecimento de tipos humanos característicos como o chamado mameluco de São Paulo.

Mas, com a fundação da Colônia do Sacramento, o posterior estabelecimento de povoados na costa de Santa Catarina e a fundação de Rio Grande, a necessidade de efetivar a colonização da área implicou a vinda de colonos. E estes serão, especialmente, casais. A vinda de casais portugueses para Sacramento - casais transmontanos, em 1715 - inicia uma fase do povoamento do extremo sul da América portuguesa que, logo após, se repetirá no litoral de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Este povoamento, no que respeita a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul, se fará por meio de um projeto de povoamento e colonização levado a efeito pela Coroa portuguesa a partir do édito de 1747, que dá início ao recrutamento de casais interessados em dele participar. Este chamamento da Coroa dirige-se, especialmente, à população dos arquipélagos dos Açores e da Madeira. Assim, a partir de 1748, em Santa Catarina, e de 1751, no Rio Grande do Sul,

começam a chegar os casais que vão dar início à efetiva conquista e colonização dessas regiões para Portugal.

Homens e mulheres atravessam o oceano, esperando que se concretizem as promessas da Coroa quanto à concessão de terras, ferramentas e sementes com as quais poderão, então, alcançar melhores condições de vida e realizar o sonho da “*herdade em terras americanas*”.

Entretanto, a Guerra Guaránítica (1754 a 1756), a anulação do Tratado de Madri (1761) e a invasão espanhola na Colônia do Sacramento (1762), no Rio Grande do Sul (1763-1776) e que alcançou a ilha de Santa Catarina, em 1777, suscitaram problemas que impediram a Coroa lusa de cumprir imediatamente as promessas feitas aos casais açorianos enviados para o Rio Grande de São Pedro.

Neste contexto de longas viagens de travessia do Mar Oceano, de dificuldades de adaptação na nova terra, de envolvimento nas guerras que assolam o Rio Grande de São Pedro, com os homens obrigados a exercerem atividades diversas das suas de origem, tais como de tropeiros, soldados, marinheiros, emerge uma personagem que permanecia oculta, envolta na névoa: a mulher, parte integrante deste casal, que vem para participar da colonização destas terras.

A mulher açoriana

É necessário, inicialmente, levar em conta que pesquisar a respeito das mulheres no sul do Brasil requer considerarmos o espaço onde elas agiram. Este espaço era uma fronteira viva e nele as mulheres eram escassas. A construção de um sul português exigia um povoamento efetivo e permanente. Os primeiros desbravadores do território, fossem eles portugueses ou luso-brasileiros, vinham sós, retornavam aos locais de origem ou, quando aqui permaneciam, misturavam-se com as índias. O povoamento, que se fazia necessário, exigia mais. É esta, sem dúvida, a razão da escolha de casais açorianos para dar início à ocupação deste território. Estes vinham para se estabelecer, em busca de um futuro para si e para seus descendentes, assegurando a posse da terra para a Coroa portuguesa. Na vinda dos açorianos para o sul do Brasil, a presença das mulheres já se manifesta a partir das recomendações existentes no Edital de 1747, no qual o soberano português estabelecia as condições para o recrutamento dos casais que quisessem passar para os domínios lusos na América meridional. Nessas recomendações, era determinado que cada mulher, casada ou solteira, com idade entre 12 e 25 anos receberia uma ajuda de custo de dois mil e quatrocentos réis.

Durante a viagem, as mulheres e as crianças (meninos até a idade de 7 anos) ficariam numa câmara, cujas portas deveriam ser guardadas por 24 cabeças de casal, dois para cada porta, em quartos de quatro horas por dia. Nestes aposentos, era proibida a entrada de homens, com exceção feita ao cirurgião, no caso de doença, e ao capelão, para ministrar os sacramentos a alguma mulher enferma. Os maridos, os filhos e os irmãos só poderiam falar com suas esposas, mães e irmãs com autorização do capitão ou mestre do navio e só teriam acesso ao postigo na presença daquelas autoridades, que ali permaneceriam até o fim da entrevista, quando, então, fechariam o postigo. As mulheres só teriam permissão para sair da câmara a fim de assistir à missa nos dias santos e, mesmo assim, sob rigoroso controle da guarda. Ficariam em lugar de destaque, frente ao altar, para melhor serem vigiadas.

A mulher que vem dos Açores é parte integrante de uma família, seja na condição de esposa, filha, mãe ou sogra do casal, bem como algumas agregadas (sobrinha, ou outra

parente). A difícil viagem ou as dificuldades da instalação na nova terra fizeram com que muitas dessas mulheres começassem a vida no Rio Grande na condição de **viúvas**.

As famílias, em geral, são numerosos e, muitas vezes, a mulher viúva tem que arcar com o peso de muitos filhos, na maioria de pouca idade, e, por vezes, filhas para casar. Para assumir a tutela dos filhos menores é necessário solicitar provisão de tutela ao Rei. Entre 1759 e 1807, encontramos 20 documentos nos quais mulheres viúvas, moradoras de Rio Grande, Rio Pardo e Porto Alegre, solicitam aos soberanos portugueses da época provisão de tutela dos filhos menores e, em alguns casos, a administração dos bens de seus filhos:

“- *Requerimento da moradora no Rio Grande de São Pedro, Quitéria Marques de Sousa, viúva de Antonio Simões, ao rei (D. José), solicitando provisão para poder ser tutora e administradora dos rendimentos dos seus filhos menores. Data: 30.01.1759*” (Berwanger et al., 2001: p. 46).

“- *Requerimento de Maria dos Santos, viúva do alferes de cavalaria auxiliar Manuel Pereira e moradora de Rio Pardo, solicitando provisão de tutela dos filhos menores. Data: 06.09.1792*” (Berwanger et al., 2001, p. 74).

“- *Requerimento da moradora da vila de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, Clara Maria de Jesus, viúva do capitão João Baptista de Carvalho, ao príncipe regente (D. João), solicitando provisão de tutela para seus filhos menores. Data: 06.06.1805*” (Berwanger et al., 2001: p. 138).

À semelhança destes, muitos requerimentos com as mesmas solicitações foram enviados para Lisboa por mulheres que, tendo perdido seus maridos, viam-se obrigadas a assumir tarefas e compromissos para os quais, na maioria das vezes, não estavam preparadas.

Nos primeiros tempos, sem receber terras e sendo deslocada de um lugar para outro, essa mulher tem dificuldade de arranjar um novo casamento, única maneira de sobreviver nesta terra. Os deslocamentos também prejudicam o casamento das filhas solteiras.

Os documentos nos falam de Catarina de São José, que saiu da ilha Terceira (1751?) com sua filha Rosa de Santa Clara, na época com 6 anos, enviadas para Santa Catarina. Ali permaneceram quatro meses, sendo transportadas para Rio Grande, em 1752, onde ficaram por três meses; dali foram mandadas para o Porto de Ornelas e deste, para Rio Pardo. Neste local estavam residindo há sete anos (1752-1759). No ano de 1759, Rosa de Santa Clara, a filha, com a idade de 13 ou 14 anos, preparava-se para casar com Antonio Severo (ACMP-AJM. 1759).

O casamento da viúva era facilitado caso ela tivesse herdado alguma terra do marido falecido ou se ela tivesse conseguido alguma data. Para isso, era necessário recorrer às autoridades e apelar em face da miséria em que vivia com seus filhos. Isso explicaria os vários documentos existentes que nos falam de viúvas solicitando e recebendo datas e até o registro de duas cartas de sesmaria por nós investigados.

É o caso de Antonia Pereira, viúva de Silvestre Domingues, português do Porto, que solicita o registro de uma carta de sesmaria que havia sido concedida ao marido, com uma área de dez léguas, situada “na paragem chamada últimos capões de Cabuquira”. Isso em 12.12.1758. Esta senhora possuía bens, pois afirma que possui seis escravos, cem vacas, vinte e oito éguas para trabalhar a terra.

Na documentação sobre Açorianos – Proprietários de terras no Rio Grande do Sul (1770-1800), do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, publicada no livro organizado pela

professora Vera Lucia Maciel Barroso, *Açorianos no Brasil*, já levantamos o nome de trinta e uma mulheres que, neste período, receberam terras. Destas, dezoito eram viúvas, das quais oito especificadas como viúvas de casal; duas eram filhas de casal; das demais, os documentos não especificam a condição. Todas apelam às autoridades em face da miséria em que se acham, com filhos para criar, inclusive, filhas solteiras. No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Fundo da Fazenda (p. 27 a 33) – encontramos, citadas na Relação dos Moradores da Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, datada de 12 de julho de 1797, dez mulheres proprietárias de sesmarias e datas. Destas, cinco são viúvas, sendo que consta que duas receberam as terras como herança dos maridos.

É o caso de Josefa de Azevedo, que recebeu como herança de seu marido uma sesmaria de campo, suas benfeitorias, casas, treze cavalos, cinquenta mulas, trinta bois e mil e duzentas cabeças de gado vacum. Situação diversa é a de:

- Isabel Antonia, que recebeu, como herança do pai, três quartos de légua de campo, um escravo, cinco cavalos, vinte bois mansos e duzentas e cinquenta cabeças de gado vacum.

- Ana Maria Lima, proprietária de uma légua de campo comprada por escritura, suas benfeitorias, casas, oito escravos, seis cavalos, oito bois e cem cabeças de gado vacum.

O **casamento** fazia parte da política portuguesa de colonização das novas terras. Era fundamental o povoamento do território, assim sendo, todas as mulheres em condições para tal deviam casar.

Porém o casamento, fosse de viúva ou de moça solteira, apresentava uma série de exigências que, por vezes, causava dificuldades para a sua realização:

- Idade. Na documentação, encontramos noivas com até 12 anos (o que nem sempre correspondia à verdade, pois muitas nem sabiam ao certo sua idade). A Igreja permitia casamentos a partir de 12 anos para as meninas e 14 anos para os meninos. Porém D. José, ao regulamentar a vinda dos açorianos para o Brasil, estabeleceu, na Provisão Régia de 04.04.1752, a idade mínima para casamento: 16 anos para os meninos e 14 anos para as meninas. Esta determinação era fortalecida pela concessão de terras e ferramentas para os filhos de colonos que no prazo de 5 anos, a contar da chegada ao Brasil, viessem a contrair matrimônio, expressando que *“os ditos 5 anos começarão a correr depois destes novos colonos terem 16 anos completos e as mulheres 14 anos”*.

- Dote. O dote era outro problema a considerar. Muitos casais não tinham condições de dar um dote para a filha que ia casar. Casamentos deixaram de se realizar pela falta do dote. As próprias viúvas sem algo de seu também tinham dificuldade para encontrar um novo

casamento. Isso explica, também, a preocupação das viúvas em conseguirem uma data. Seria o seu dote.

Após o casamento, o dote passava a ser administrado pelo marido, somente no caso de viuvez é que a mulher passava “a dispor de seu dote de forma autônoma”. Se a mulher morresse sem ter filhos, o dote deveria ser devolvido a sua família.

A falta de dote, às vezes, fazia com que o casal vivesse sem ter contraído matrimônio, mas isso era “infâmia” para a mulher e a Igreja punia até com a prisão.

- As taxas da Igreja. As taxas cobradas pela Igreja também ocasionavam problemas para os noivos que quisessem casar. A pobreza em que viviam impossibilitava o cumprimento dessas obrigações. Por vezes, a noiva, sozinha na terra desconhecida, abrigava-se junto ao noivo, passando a viver de forma “infame”. A solução para o fato é observada no número muito grande de pedidos de isenção de taxas para a celebração do casamento, justificados pela extrema pobreza dos noivos e pelo desejo do homem de “salvar a mulher” daquela condição que a impediria de conseguir algum casamento se não fosse com ele. Em alguns documentos, observa-se que o pagamento das taxas era substituído por trabalho que os noivos deveriam prestar para a Igreja.

Orientações para o casamento. Os casamentos deveriam seguir as orientações da Igreja Católica e atender às tradições e aos costumes. Alguns destes podem ser encontrados no livro *Casamento perfeito*, publicado em 1630 em Portugal, de autoria de Diogo de Paiva de Andrade.

A obra manifesta a profunda influência exercida pelo Concílio de Trento e pela Inquisição em Portugal. É permeada de citações da Bíblia e de referências aos clássicos latinos. Tem regras precisas para todas as situações. A opinião do autor a respeito das mulheres deixa muito a desejar, pois, segundo ele, *“as mulheres costumam ser mais prontas na ira e mais arrojadadas na vingança”*.

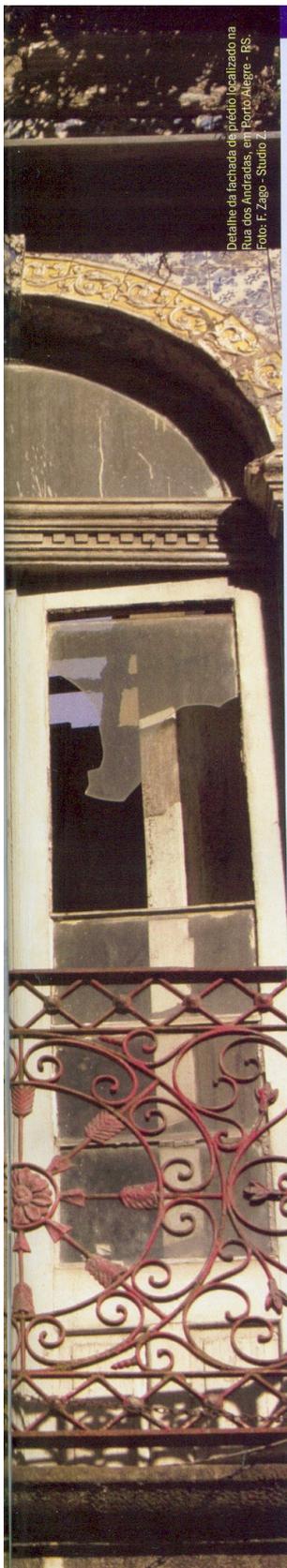
- Não é recomendável que a mulher tenha maior riqueza que o marido, pois *“possuir e governar tudo sem respeito algum ao grau de preeminência e superioridade que Deus e as leis puseram nele (marido) resulta em desordem, desta desordem nascem liberdades que ofendem as honras, inquietações que perturbam as almas, e, às vezes, desgraças que arriscam as almas (...)”*.

“A desigualdade no sangue, nas idades, na fazenda, causa contradição (...). Deve estar esta vantagem, quando a haja, sempre da parte do marido, em tudo superior à mulher (...)”.

Segundo o autor, as mulheres que têm mediocridade física devem ser louvadas, pois *“nem obrigam os maridos a buscar outras, nem elas são buscadas por outros, e assim conservam em ambas as partes a quietação e a honestidade”*.

A mulher ideal é aquela dedicada à casa e ao patrimônio familiar. *“À mulher convém guardar tudo e mandar consertar a casa, ter o*





Detalhe da fachada de prédio localizado na Rua dos Andradas, em Porto Alegre - RS. Foto: F. Zago - Studio 2

comer e a mesa prestes a seu marido (...)."

Virtude e honestidade são as qualidades fundamentais da mulher, seu mais grave defeito, o ócio, que gera os demais. Ele recomenda ao marido: "(...) trata de dar remédio à ociosidade, ocupando-a no honesto trabalho do governo da casa (...) e é bom e necessário que ela viva ocupada (...)".

Enfim, para a mulher, o importante é que "faça-se-lhe certo que à sua conta não está o entender, senão o obedecer e fazer executar, mas que não entenda" (In: Almeida: 1988/89, p. 191-207).

Mais duas obras de caráter moralista foram escritas em Portugal. Ofereciam conselhos aos maridos para um bom casamento. Em função disso, faziam referência às mulheres. Em 1540, foi publicada *Espelho de Casados*, de autoria de João de Barros (dedicada ao Cardeal D. Henrique), e *Carta de Guia dos Casados*, publicada em Lisboa em 1651, de autoria de Francisco Manuel de Melo.

Consideramos que as mulheres açorianas como todas as demais portuguesas deveriam obedecer a esses costumes e tradições, pois a distância e o isolamento das ilhas não impediam que os princípios religiosos seguissem sendo os mesmos de Portugal continental.

A Igreja exercia seu papel de controle social e os açorianos sempre manifestaram um profundo catolicismo.

Entretanto é interessante observar que, em 1557, foi publicada em Portugal uma obra de autor açoriano, natural da Ilha de S. Miguel, que defende os direitos da mulher. Trata-se de Rui Gonçalves, jurista, licenciado em Direito Civil na Universidade de Coimbra, onde também foi professor. Sua obra *Dos privilegios & praerogativas q ho genero feminino te por direito comu & ordenações do Reyno mais que ho genero masculino* foi dedicada à Rainha D^a Catarina. O livro apresenta uma defesa dos direitos da mulher, reconhecendo seu valor. Em 1785, esta obra teve nova edição, organizada pelo Capelão de D. Maria I, que a ela a dedicou. Na edição de 1785, o Capelão da rainha expressa "que a mulher é tão capaz como o homem para desempenhar qualquer tarefa, porque lhe é igual não diferindo quer nas qualidades quer nos defeitos (...)" (Gonçalves, 1992, p. 14). Esta obra mereceu uma edição fac-similada, em 1992, pela Biblioteca Nacional de Lisboa, com apresentação de Elisa Maria Lopes da Costa.

Cerca de três séculos depois, nas terras do Rio Grande do Sul¹, ainda os valores tradicionais persistiam. É o que podemos deduzir a partir dos princípios apregoados pelo jornal *O Artilheiro*, em sua edição de 5 de agosto de 1837:

"A mulher não aspira a outra coisa senão a se casar, e logo que consegue não deve cuidar de outra coisa senão em fazer a felicidade do marido, cuidando do arranjo de sua casa e da boa educação dos filhos, se os tem: sair dessa regra é não ser boa esposa e nem boa mãe de família e querer que se suponha mal dela (...)" (In: Flores, 1989, p. 16).

As mulheres açorianas nas crônicas e relatos de viagem ao Rio Grande do Sul

Muitos viajantes percorreram o Continente de S. Pedro entre 1750 e 1822; deles, nos ficaram crônicas e relatos de viagens. Eram militares que participaram das guerras que ensangüentaram a região, outros eram administradores que aqui vieram a serviço da Coroa, outros, ainda, viajantes; todos, de uma forma ou outra, deixaram suas impressões sobre a terra, a economia e o povo.

As mulheres, porém, só raramente são comentadas.

Francisco Ferreira de Sousa, em sua *Descrição à Viagem do Rio Grande*, em 1777, descreve as mulheres açorianas usando mantéu e saia quando vão ao templo. Para ele, "as mulheres são muito grosseiras (...) os corpos são mui mal feitos (...) tem os pés disformes e grandes, os dedos mal compostos, suposto que os das mãos são tão também grosseiros, e as unhas muito sujas" (In: César, 1981, p. 155). "Tanto os homens, como as mulheres, têm grande paixão pelo tabaco, como igualmente por uma erva chamada mate (...)" (In: Cesar, 1981, p. 157). Esta descrição nos mostra a influência que o meio ambiente já exerce sobre a população vinda dos Açores.

Auguste Saint-Hilaire, em seu minucioso relato sobre a viagem ao Rio Grande, feita entre 1820-1821, apresenta-nos uma terra onde o homem domina e cujos habitantes são descendentes de ilhéus dos Açores. São poucas as referências às mulheres, mas apesar disto são bastante significativas, pois mostram uma mulher vivendo dentro dos padrões da época, mas com algumas características que a distinguem:

"Todavia nesta região, onde as mulheres se escondem menos que as das Capitânicas do interior, elas têm, há convir, vistas mais largas. São menos acanhadas, conversam um pouco mais, porém ainda estão a uma infinita distância da mulher européia". (...)

Têm os olhos e os cabelos negros, e em geral belo porte e boa cor, porém destituídas de graça (...)" (p. 57).

A opinião de Saint-Hilaire quanto à beleza das mulheres no Rio Grande é complementada por Seidler em sua obra *Dez anos no Brasil*, quando comenta que "as senhoras têm às vezes a tez tão branca que muitas européias, mesmo das regiões árticas, gostariam de trocar com elas (...)" (In: Laytano, 1983, p. 157).

Também John Luccock, em 1813, escreve que "por estas bandas do continente, há mais do que a proporção usual de moças e meninas bonitas; as mais velhas são francas e tagarelas (...)" (Luccock, 1975, p. 127).

Porém Arsène Isabelle, que viajou pelo Rio Grande em 1833/34, considera as mulheres rio-grandenses "nem belas nem graciosas. Em vão carregam-se e sobrecarregam-se de jóias, de fantasias, de flores, de bugigangas" (Isabelle,

1949, p. 277).

Na Vila de Rio Grande, Saint-Hilaire vê a mulher urbana, que freqüenta salões, é bem trajada, comparece a bailes usando vestidos de seda branca, sapatos de cetim e meias de seda. Os cabelos são armados por uma travessa e enfeitados com flores artificiais.

O baile é, entretanto, descrito como muito monótono: "*Nunca vi cousa mais monótona. Era quase preciso obrigar os homens a tirar as senhoras para danças, e excetuando o Conde (Governador Conde de Figueira), ninguém conversava com o elemento feminino*" (p. 56).

Em outro baile, ainda em Rio Grande, Saint-Hilaire volta a comentar que as mulheres são bonitas, vestidas com elegância e bom gosto, mas sem atrativos. Possuem presença de espírito e "*à vista da pouca educação que recebem, é de se admirar que conversem tão bem*" (p. 76). Entretanto, para Isabelle (1949, p. 277), "*as mulheres no Rio Grande do Sul vão às festas com vestidos de cetim branco, bordado e palhetado de ouro e prata, sapatos e luvas de cetim e muitas jóias*". Confirma que os cabelos são enfeitados com flores artificiais. "*No vestuário, escreve ele, as mulheres desta terra seguem a moda francesa, mas preferem as cores berrantes e os desenhos bizarros*". "*Em público, são simples figuras de autômatos*".

Em Porto Alegre, Saint-Hilaire freqüentou saraus musicais, nos quais viu senhoras tocando com maestria o bandolim e o piano (p. 43). Em outra festa, ouviu senhoras cantarem com muita arte (p. 38). Nestas ocasiões, observou que as mulheres vestiam-se com simplicidade e decência e falavam desembaraçadamente com os homens e estes cercavam-nas de gentilezas, sem contudo demonstrarem empenho ou ânsia de agradar. Qualidade que ele considerava como quase exclusiva dos franceses (p. 38).

Saint-Hilaire, em sua crônica, relata a maior desenvoltura das mulheres nas cidades de Porto Alegre e Rio Grande; em suas palavras, "*têm elas vistas mais largas*", participando de festas, bailes, nos quais fazem recitais de música, tocando instrumentos musicais ou cantando "*com muita arte*" ou participando das conversas, o que lhe chamou muito a atenção, pois era diferente daquilo que ele presenciara em outras capitânicas. É importante considerar que talvez esta diferença tenha sido ocasionada pela influência exercida pela proximidade do Prata. Em Buenos Aires, as mulheres freqüentavam as festas, os bailes, inclusive os do carnaval, onde, mascaradas, participavam dos festejos.

Percorrendo o interior (Bujuru), ele vai encontrar mulheres "fabricando" tecidos de ponchos, muito grosseiros, que são vendidos e enviados para Porto Alegre (p. 49). Confirmando, Alcides Cruz, em sua obra *Vida de Raphael Pinto Bandeira*, comenta:

"*as mulheres, severas nos costumes e no trato, belas, porém recatadas e trabalhadoras, não desbaratavam o tempo, nem o produto de suas ocupações prediletas – a cortidura de couros e a fiação de tecidos que alternavam com a assistência dos artigos domésticos*" (Cruz, 1906: p. 38).

Na Estância de Chui, Saint-Hilaire comenta que a dona da casa convidou-o para a ceia e "*pela primeira vez depois que estou nesta Capitania, vi fazer orações, após a refeição, e as crianças pedir a benção à sua mãe*" (p. 90). Cabe explicar que Saint-Hilaire tinha razão em se admirar que uma mulher o tivesse convidado para jantar e o fizesse em sua companhia, pois "*não era uso entre os portugueses comerem as mulheres senão com seus maridos, e ainda com estes era quando não*

havia hóspedes em casa (não sendo pai, ou irmãos) porque nestes casos não se vinham assentar à mesa" (Calado, in: Cascudo, 2001, p. 24). Esta senhora era irmã do Sr. Delmont, um francês cuja estância já tinha sido visitada por Saint-Hilaire (p. 89).

Tanto para Ferreira de Sousa como para Saint-Hilaire, as européias eram muito superiores às mulheres que aqui viviam. As palavras gentis de Seidler e Luccock a respeito das mulheres do Rio Grande não são apoiadas por Isabelle, que, comparando-as com as "portenhas", comenta que as rio-grandenses deixavam muito a desejar, tanto na beleza quanto na graça e na elegância.

São os diferentes olhares dos viajantes sobre uma mulher que necessitou adaptar-se a um novo mundo, enfrentando todas as dificuldades naturais de uma mudança, mas que soube criar, apesar de tudo, junto com seu homem ou mesmo sem ele, uma nova sociedade na qual ela foi o esteio seguro no meio da tempestade. Entretanto ainda é muito pouco o que sabemos sobre essa mulher. O desafio de saber mais a seu respeito é um estímulo para continuarmos a pesquisar.

Beatriz Vasconcelos Franzen é Doutora em História pela Universidade de Lisboa. Professora titular do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos.

¹ Este texto é resultado parcial do projeto em desenvolvimento pelas professoras Beatriz Vasconcelos Franzen e Eloísa H. Capovilla da Luz Ramos, *Mulheres no Sul do Brasil nos séculos XVIII e XIX (1750-1822)*. Parte dele já foi publicado na revista Arquipélago – História, da Universidade dos Açores, 2ª série, 2004, com o título *Mulheres açorianas na formação do Rio Grande do Sul*, p. 11-20.

BIBLIOGRAFIA: ALMEIDA, A. M. de. 1988/1989. Os manuais portugueses de casamento dos séculos XVI e XVII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 9(7):191-207. BARROSO, V. L. M. (org.). *Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1993.

EST. ____ (org.). 2002. *Açorianos no Brasil*. Porto Alegre: EST Edições, 1152 p. CASCUDO, L. da C. *Mouros, Franceses e Judeus. Três presenças no Brasil*. São Paulo: Global, 2001, p. 24. CESAR, G. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)*. 2. ed. Porto Alegre: Edit. UFRGS/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 231 p., 1981.

CRUZ, A. *Vida de Raphael Pinto Bandeira*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1906. FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Sociedade: preconceitos e conquistas*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989.

FORTES, Gen. J. B. *Troncos seculares. O povoamento do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 159p., 1998.

____. *Casaes*. Rio de Janeiro: Ed. do Centenário Farrópilha, 1932.

____. *Os casais açorianos. Presença lusa na formação sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 169 p., 1978.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1949.

LAYTANO, Dante de. *Origens da propriedade privada no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

LUCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edit. da Univ. de São Paulo, 1975.

REVELLO, José Torre. *Crônicas del Buenos Aires colonial*. Buenos Aires: Taurus, 2004.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edit. da Univ. de São Paulo (1. ed.: Rio de Janeiro: Ariel, 1935), 215 p., 1974.

SEIDLER, Carlos. *Dez anos no Brasil*. In: _____. *Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

WIEDERSPAHN, H. O. *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes (Caravela, 2), 140 p., 1979.

Documentação não impressa:

- Autos de Justificação de Casamento – ACMPA (Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre).

- Relação dos Moradores da Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos – Fundo da Fazenda (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul).

Documento impresso:

BERWANGER, A. R.; OSÓRIO, H. e SOUZA, S. B. de. *Catálogo de Documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania do Rio Grande do Sul existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa*. Porto Alegre: IFCH. UFRGS: CORAG, 204 p., 2001.

GONÇALVES, R. *Dos privilégios & praerogativas q ho genero feminino te por direito comu & ordenações do Reyno mais que ho genero masculino* (1ª edição: Lisboa, 1557; 2ª edição: Lisboa, 1785). Edição fac-similada. Apresentação de Elisa Maria Lopes da Costa. Lisboa: Biblioteca Nacional, 316 p., 1992.

Viver nos Açores: solidão e plenitude

Valesca de Assis



VIVER nos Açores, um pouco que seja, é encontrar um passado que não tivemos por aqui. É ler em cada rua, em cada placa de loja, nomes de avós centenários, tão gaúchos, tão nossos.

Viver nos Açores é morar numa dentre nove ilhas, que podem ser tão distantes entre si como Porto Alegre de Uruguaiana. Só que, ao invés do pampa infinito, há um azul Atlântico entre elas. Territórios descontínuos, as ilhas não se tocam, e poucas conseguem ver-se umas às outras. Solidão e plenitude.

A vida em São Miguel, a maior delas, ou no Corvo, a menor, carrega a mesma essencial questão da insularidade, que, irresolvida, busca respostas em todos os livros, em todas as canções, em todos os diálogos culturais do arquipélago e da diáspora.

Uma ilha no meio do oceano tem sempre uma cobertura de nuvens: o sol nunca é aberto, escancarado como aqui. Uma ilha no meio do mar tem sempre vento, às vezes bruma, e um horizonte que não decide se é mar ou céu.

Viver numa ilha é ser – ou parecer – auto-suficiente,

pois não se pode buscar, na volta da esquina, o que nos falta.

Viver numa ilha é ser completamente feliz, ou infeliz por inteiro. Numa ilha, olhar à janela pode significar espera ou abandono, mas, também, a pura e simples diluição no torpor.

Viver numa ilha, viver nos Açores, pode ser dança e alegria, *pezinho* e *chamarrita*, mas pode ser saudade, aquele manto roxo a cobrir o coração.

Viver numa ilha, viver nos Açores, para mim foi muito, muito bom.

Encontrei minha âncora, minha sólida âncora açoriana. E, de repente, soube quem era, antiga de quinhentos anos, metade deles na barriga de minha mãe.

Valesca de Assis é escritora, autora de *A valsa da Medusa*, *A colheita dos dias*, *Harmonia das esferas* e *Todos os meses*.

Memória arquitetônica portuguesa em Porto Alegre

Luiz Merino de Freitas Xavier

A conquista pela Coroa portuguesa do território onde hoje se situa o município de Porto Alegre iniciou-se nas primeiras décadas do século XVIII, com a passagem de tropeiros luso-brasileiros que vinham apropriar-se do gado xucro bovino e cavalariço que se reproduzia naturalmente nos campos. O gado era levado para a região das minas gerais e feiras de São Paulo, onde era comercializado.

A região dos Campos de Viamão, a leste de Porto Alegre, foi utilizada como local de pouso dos tropeiros e área de reunião de rebanhos, sendo, conseqüentemente, uma das primeiras do Continente de São Pedro do Rio Grande a receber a ocupação luso-brasileira. Em função desta atividade dá-se o povoamento das planícies sulinas, com a formação de currais que, inicialmente, não passam de meros campos de retenção, de simples centros de fixação das manadas, mas que logo em seguida servirão de suporte para a formação da sociedade pastoril gaúcha através do sistema de ocupação por sesmarias.

A área do atual município de Porto Alegre foi ocupada por três sesmarias, estando o seu porto natural localizado na Sesmaria de Santana, onde mais tarde originou-se o núcleo urbano de Porto Alegre. O proprietário, Jerônimo Dornelles, recebeu em 1740 o documento de posse da terra na qual já habitava desde 1732. As terras ao sul do Arroio Dilúvio, Sesmaria de São José, foram ocupadas desde 1733 pelo sesmeiro Sebastião Francisco Chaves. Havia ainda a sesmaria de Dionísio Mendes, com sede no local onde se formou o arraial de Belém Velho. Segundo Macedo, a Sesmaria de Santana, cuja sede ficava no morro de mesmo nome, se constituía

*“em um complexo de casas e galpões, telheiros e senzalas, uma atafona, casa de hóspedes, ranchos, currais e algumas centenas de árvores frutíferas”.*¹

Em 1750, com o Tratado de Madri, Portugal recebe a região das Missões em troca da Colônia do Sacramento. Para garantir o domínio português do novo território, planejou-se a ocupação da área ao longo do rio Jacuí por colonos açorianos. Resolve-se assim criar, ao lado da sociedade pastoril em formação, uma outra, constituída por pequenos agricultores dedicados à lavoura, sedentários, capazes de propiciar a urbanização dos pontos fortificados.

Assim, entre 1740 e 1760 estabeleceram-se no Rio Grande do Sul cerca de 2.000 casais açorianos. Cada família recebia uma data de 272ha e se dedicava ao cultivo de produtos de subsistência e também comerciais, sobretudo o trigo.

A população de açorianos ocupa diversos pontos ao longo

da principal via navegável, o rio Jacuí, em direção às Missões, até o ponto extremo de Rio Pardo, onde estabeleceram-se um forte e uma povoação. Fundam-se neste período as cidades de Cachoeira, Taquari, Santo Amaro, Gravataí e Triunfo.

O processo de povoamento do núcleo que daria origem à cidade de Porto Alegre iniciou-se em 1752 com a chegada ao porto de Viamão de algumas destas famílias açorianas, estabelecidas “provisoriamente” às margens do lago Guaíba, junto à sesmaria de Jerônimo Dornelles. Originou-se ali uma pequena povoação, denominada Porto dos Casais.

Segundo Macedo, tratava-se de:

*“um pequeno aglomerado de ranchos cobertos de palha e o primeiro edifício semipúblico – uma capela tosca e pobre como a morada dos crentes, de pau-a-pique e coberta de palha, tendo como orago São Francisco das Chagas, elevada a curato a 3 de dezembro de 1747. Ficaria situada na rua dos Andradas, aproximadamente entre a Praça Senador Florêncio e a Rua Caldas Júnior”.*²

Devido às Guerras Guaránicas, os colonos permanecem no local, sendo definitivamente assentados ali em 1772, com a desapropriação da Sesmaria de Santana, sendo demarcadas as suas datas, abertas duas estradas ligando Viamão (então Capital da Província) ao “Porto de São Francisco dos Casais”, bem como as primeiras ruas da povoação.

A primeira função econômica da cidade, que ela conserva por muito tempo, é a comercial, ligada essencialmente ao escoamento da produção do trigo açoriano. Porto Alegre se situa numa área extremamente privilegiada do ponto de vista do transporte hidroviário, o mais importante durante o século XVIII e na maior parte do século XIX. Está junto à Lagoa dos Patos, pela qual se ganha acesso ao mar e se encontra às margens do Guaíba, um lago formado por rios navegáveis em boa parte de seus cursos. Deste modo, torna-se Porto Alegre o escoadouro natural de toda a produção exportada pela área ocupada pelos açorianos.

A arquitetura aqui desenvolvida por este grupo de ilhéus reproduzia o mesmo tipo de construção, a mesma residência rural que possuíam nos Açores e que, segundo Macedo, lá mesmo, ao passar para a zona urbana, gerou a casa em fita:

“A distinção principal entre uma e outra destas residências é que a casa rural desenvolve-se da frente para os lados e a urbana, da frente para os fundos, adaptando-se, como é lógico, ao terreno encravado. [...] O meio-da-casa é

limitado por paredes geralmente de madeira. De um lado a cozinha, do outro, o quarto de camas, com dimensões reduzidas, quase sempre completado pela Falsa, espécie de cama em segundo andar, onde dormem as crianças e para onde o acesso é feito através de estreita e íngreme escada. [...]

Na área urbana esta planta se altera. A cozinha, com seu "lar" e forno, sua "cofeira" e "trempe" deixou de ter posição em linha com as outras duas peças e foi deslocada para trás, nela se farão as reuniões e os trabalhos domésticos diurnos. As outras duas peças se tornaram áreas de recolhimento, sendo que numa delas o "agulheiro" denuncia o quarto das moças ou a presença nela do espaço para bordar e costurar. [...] E, finalmente, se verifica que na casa urbana ou na residência encravada os quartos são defendidos das áreas de circulação diurna pela presença do corredor".³

Destas primeiras construções urbanas da cidade, pouco ou nada restou intacto. Alguns conjuntos de pequenas casas na "Volta da Cadeia", Av. Gen. Salustiano, infelizmente já totalmente descaracterizadas, com suas fachadas transformadas e seus interiores remexidos. Também uma fachada quase em ruínas na Rua Riachuelo, 645, tombada pelo Município em 1980, atesta ainda hoje a feição da cidade naqueles tempos. Talvez, como forma de alusão àquele período, possamos considerar as casinhas da Travessa dos Venezianos, na Cidade Baixa, construídas muitos anos depois, como um esquema próximo ao da ocupação original portuguesa em Porto Alegre. Tombadas pelo Município na década de 1980, foram restauradas pela Prefeitura no início dos anos 90.

Já a casa rural lusitana deixou alguns exemplares melhor preservados em Porto Alegre, como o Solar da Travessa Paraíso e o Solar Lopo Gonçalves.

O primeiro, um sobrado colonial de aproximadamente 1820, caracteriza bem a sede de uma chácara rural luso-brasileira. Esteve em ruínas, perdeu parte de sua estrutura em um incêndio, mas, comprado pelo Município, foi restaurado e abriga hoje um Centro de Educação Ambiental.

Já o Solar Lopo Gonçalves, situado na antiga Rua da Margem, atual João Alfredo, foi construído por volta de 1840 para ser utilizado como sede de propriedade semi-rural. O Solar possui um estilo arquitetônico de transição entre a "casa térrea" do período da arquitetura colonial lusitana e a "casa de porão alto" do período neoclássico. Além disso, uma implantação livre

dos limites do lote empresta-lhe um caráter quase rural. A parte superior era habitada pela família Gonçalves Bastos e a parte inferior servia de alojamento para escravos. Do alto do torreão, podia-se divisar a entrada das embarcações pela Ponta do Dionísio (hoje Vila Assunção).

"os espaços internos, apesar de modificados pelo acréscimo de divisórias, deixavam transparecer perfeitamente o programa de uma residência do início do século XIX, podendo ser identificado o salão, dormitórios e sala de viver; o banheiro inexistia e a cozinha provavelmente localizava-se em um anexo, onde estariam os serviços e os alojamentos dos escravos".⁴

Tombado em 1979, o Solar Lopo Gonçalves foi restaurado pelo Município em 1981/82, abrigando desde então a sede do Museu Joaquim José Felizardo, especializado na história de Porto Alegre.

Outro expressivo testemunho da cidade antiga é a ponte de pedra do riacho. Construída em 1846 por João Alvarez d'Eily, em substituição às antigas pontes de madeira que ali existiam desde pelo menos 1828, ligava a cidade à Praia de Belas. Com as obras de canalização do riacho na década de 1940, a ponte ficou ociosa, mas foi mantida sobre um espelho d'água. Em 1972, a Prefeitura constrói a seu lado o Viaduto Açorianos e toda a área recebe um projeto paisagístico, de autoria de Roberto Py Gomes da Silveira e Enio Germano Wurdig. A Ponte de Pedra é tombada pelo Município em 1979.

Como se vê, não são muitos os resquícios destes primeiros anos da cidade, cuja arquitetura foi sendo paulatinamente substituída, reformada, sucumbindo às novas tendências e técnicas. Cabe a nós preservar ciosamente estes poucos exemplares como forma de registro, documentos que são de uma outra época e de um saber fazer que há muito se perdeu.

¹ MACEDO, Francisco Riopardense de. Porto Alegre: origem e crescimento. Porto Alegre: Sulina, 1968. p.44.

² Id. p.45.

³ MACEDO, Francisco Riopardense de. Arquitetura luso-brasileira. In: WEIMER, Günter (org.). A arquitetura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. pp.67-9.

⁴ PORTO ALEGRE. Caderno de restauro I: Solar Lopo Gonçalves. Porto Alegre: Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural, 1987. p. 34.

Portugal, temas gaúchos e o Quixote

Alberto Crusius

No Caderno de Literatura da AJURIS número 9, lemos artigo de Álvaro Alves de Faria narrando que Borges lhe declarou em entrevista que, “dos escritores brasileiros, ouvira falar em Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles e Euclides da Cunha. Mas só ouvira falar”. Recordemos outro usuário de nosso vernáculo mencionado por Borges, Eça de Queirós, de quem, afirma noutra ocasião, era sua mãe uma admiradora.

Anciãos, mesmo venerandos e venerados, esquecem, como esqueceu o mestre cego de olhar alto e altaneiro. O Borges já fragilizado pela idade, a quem a cegueira impedia de ler-se a si próprio e lembrar, esqueceu, por exemplo, que havia referido Euclides da Cunha em *Ficciones*.

E ficamos a braços com um grande problema: Borges se traiu, e se confessou capaz de citar autores que nunca leu? (Final, como esquecer Euclides uma vez lido?).

Outro problema: Borges havia mencionado a Alexandre Eulálio, secretário particular de Augusto Meyer e tradutor, como se percebe no índice das *Obras Completas* na edição em português da *História Universal da Infância*, que lera Augusto Meyer por causa da importância da parte regionalista da mesma, como tenho lembrado num e noutra debate e até escrito a respeito.

Mesmo sem o elogio de Borges, seria impossível esquecer Meyer como folclorista e como ensaísta de temas gaúchos. Ele demonstra, por exemplo, na obra *Cancioneiro Gaúcho*, que o *Cancioneiro Guasca*, de Simões Lopes Neto, “a primeira obra especial até então” coligida para o gênero, “reproduz cadeias completas de trovas na mesma ordem em que as fez publicar Graciano Azambuja”. E, na bibliografia, ao citar o *Anuário da Província (do Estado) do Rio Grande do Sul para ... (de 1885 a 1913)*, editado por Azambuja, Meyer acrescenta discretamente em mera nota, sempre seguro de si: “V. números de 1887, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1898, 1904, 1905”.

Voltando ao *Cancioneiro Guasca*, arremata: “Logo às primeiras quadras soltas deste livro, nota-se a esmagadora maioria do contingente português: das trinta iniciais, a um exame de olho vivo, sobram três para o nosso aparte”.

Foi-se a ilusão de um cancionero exclusivamente *guasca*. Se muito, pode ser *gaúcho*, e a expressão se refere não a algo cisplatino e multifronteiras, mas ao

que é do Rio Grande do Sul.

“O nosso *Atirei um limão verde...* cantado também com a toada do *Boi Barroso* é puramente português; observa Henry Lang que o limão era um símbolo do amor já no tempo de Gil Vicente, e o motivo passou à poesia popular.” (...)

“As vezes, basta a mudança de um topônimo. Lemos no *Cancioneiro Guasca*:

*Se fordes a Cachoeira
Levai contas de rezar;
Cachoeira é purgatório
Onde as almas vão penar.*

*E em Rodney Gallop:
Se fôres a Landim,
Leva contas a rezar
Que lá é purgatório
Onde as almas vão penar.”*

Até no caso de *Prenda Minha*, hoje carro-chefe de nosso cancionero, descoberto, literalmente, em campo por Teodemiro Tostes, autor do belo “Pequeno Guia da Poesia Portuguesa”, editado aqui no Rio Grande do Sul e sem relação com o tema deste artigo, há o que se encontrar vindo da velha terra:

*Noite escura, muito escura,
Prenda minha,
Toda a noite me atentou;
Quando foi de madrugada,
Prenda minha,
Foi-se embora e me deixou.*

Veja-se o que há para ler, mostra Meyer como variante, no cancionero português, na parte do cancionero propriamente dito:

*O ladrão do negro melro
Toda noite assobiou
Pela fresca madrugada
Bateu as asas, voou.*

Na *Introdução* de seu *Cancioneiro*, entretanto, Meyer coloca estes versos no próprio corpo da canção. Contradição, fontes divergentes, lapso revisional, o quê? O tempo devorou a resposta...

Meyer, que tanto admirava Simões Lopes Neto, e que desmascara também a hipótese por ele levantada de o *Lunar de Sepé* ser matéria recolhida de povão, dá seus puxões de orelhas no mesmo, com estes simples alertas. Até como admiradores, costumamos corresponder, os daqui do Rio Grande do Sul – e que nos denominamos gaúchos como se não os houvesse senão em pampas brasileiros, simulando esquecer vizinhos do Prata – plenamente, ao que de nós afirmava Garibaldi já no capítulo XII de suas *Memorie autobiografiche*, tão preteridas, nas traduções brasileiras, pelas folhetinescas *Memórias de Garibaldi* de autoria de Alexandre Dumas, quando de nós firmava aquele o seu conceito:



Imagem gentilmente cedida pela Academia Brasileira de Letras

Augusto Meyer

"popolazioni bellicosissime".

É claro que este puxão de orelhas é, acima de tudo, um afetivo reconhecimento de um fato muito importante. Meyer, em *Prosa dos Pagos*, demonstra ser o *Lunar de Sepé*, pelo que ele constata, obra de provável finalização do próprio Simões, que a atribui a uma velha repetidora popular. Um ato de modéstia, onde entra também o quê de mistério e o cunho fascinante do criar a lenda, aí incluído o generoso abrir mão do apontamento de autoria final, para atribuí-la exclusivamente a "(...) uma velhíssima mestiça, Maria Genória Alves, moradora na picada que atravessa o rio Camaquã, entre os municípios de Canguçu e Encruzilhada". Demonstra Meyer, no *Cancioneiro Gaúcho*, ter Simões, também, alterado versos recolhidos por Azambuja.

O puxão de orelhas maior, porém, corre por conta do apontar a surpreendente influência portuguesa naquilo que Simões Lopes Neto, autor dos contos que fixaram o cânone inicial do nosso discurso regionalista, denominara, um tanto candidamente, *Cancioneiro Guasca*, como se fossem produto puramente xucro e inapelavelmente cria de coxilhas infinitas e taperas perdidas.

Mas há mais. Passemos a palavra a Meyer, novamente em *Prosa dos Pagos*: "Observa Simões Lopes: 'Conservei a forma original, difusa, opaca, e do mesmo passo, ingênuo e amável'. Mas onde está essa forma difusa, opaca? O poema, na versão que nos legou, impressiona justamente pela composição harmoniosa e a fluência do estilo; e nem tudo parece tão ingênuo como pretende. (...) Dentro de uma cadência de xácara ou solau, notável é a variedade expressiva, com transições e contrastes habilmente aproveitados".

Nesta história de tanto puxão de orelhas, eu aproveitaria também para dar, quem sabe, o meu no próprio Meyer, que também podia ter nos alertado em ensaio de título próprio e tema único, em algum momento, a respeito de Portugal como fonte de parte do cancionero gaúcho, e não fazendo o tema comparecer como mera parte de seu belo todo a respeito do assunto com vários subtemas, composto de introdução e cancionero.

Até compreendo que não o faça por não ser o fato uma descoberta exclusivamente sua, diante dos antecedentes a respeito: cita, por exemplo, que na *Gazeta de Porto Alegre*, Carlos Von Koseritz "reproduziu e comentou a versão açoriana do único romance português que se manteve na tradição rio-grandense", a *Nau Catarineta*. E que "em 28 de janeiro de 1880, pela mesma Gazeta, Koseritz apontava quadras soltas do romance do Conde Alberto perdidas no meio da anônima que começara a coligir por sugestão do seu amigo Sívio Romero".

O grande Sívio Romero, sergipano, pedindo ao imigrante alemão Carlos Von Koseritz que coligisse heranças de pampa é algo a permanecer lembrado com respeito.

Por falar em respeito, e glosando com orgulho um "não me pisem no poncho", note-se alertar Meyer no seu *Cancioneiro Gaúcho* que simples consultas a Luiz da Câmara Cascudo, então coisa recente, mostrava que o material português remanescente no sulino, em contraste com o nortista, onde há muito mais presença portuguesa, torna-se pequeno. Assim, muita criatividade popular daqui ainda se salva do naufrágio da ilusão de total originalidade, e há para todo tipo de gosto.

QUIXOTE

Quanto à discrição de Meyer no enunciar, há mais exemplos de peso. Ele também demonstraria, anos mais tarde, que outra de suas paixões literárias, o Quixote, poderia até mesmo ter sido baseada no aspecto físico de uma pessoa real contemporânea de Cervantes, matéria instigante e até hoje despercebida, mesmo neste quarto centenário, diante de sua proverbial, perene ausência

de sensacionalismo, ocupando-se da probabilidade com discrição tal que quase oculta o fato, a matéria revelada – e até o negando. A frase ou a idéia de que o Quixote poderia ter sido baseado no aspecto físico de uma pessoa real contemporânea de Cervantes, afinal, é minha – e eventuais pedradas contra a idéia também o deveriam ser, reservado a Meyer e a outros o mérito geral e infinitamente superior, como segue, de perceber o fato que alavanca tal idéia.

O autor do texto que trata da matéria é português. Trata-se de *Fastigimia*, de autoria de Tomás Pinheiro da Veiga. O nome do eventual modelo de Quixote é Jorge de Lima Barreto. Mais ainda: seu criado lembrava Sancho Pança. O local da ocorrência de sabor de folclore literário é Valladolid, "para a Espanha de Filipe III, uma espécie de Brasília", afirma Meyer em *A Forma Secreta*. E acrescentará ainda mais dados: "Domingos García Perez, ao preparar o seu *Catálogo razonado de los autores portugueses que escribieron en español*, em 1890, menciona um Dom Quixote e seu Sancho, segundo ele mesmo, mascarada", e segundo insiste Meyer, apenas semelhança ridícula.

Meyer quer encerrar a questão escrevendo: "Tomás Pinheiro da Veiga, impregnado de leitura, aproveitou a sugestão para traçar a caricatura de algum desafeto".

Ora, essa é uma opinião interpretativa. Ao final do primeiro parágrafo de seu ensaio sobre *Fastigimia*, o manuscrito que permaneceu inédito até 1911, Meyer iniciara o debate mencionando a descoberta de alguém "que era ver Dom Quixote em carne e osso, ou melhor: em osso e carne", conforme coloca em sua última obra, *A Forma Secreta*.

Este é, descarnado como o próprio Quixote, ou rotundo como o próprio Sancho, o fato. A interpretação é silogística: havia pessoas reais semelhantes a Quixote e Sancho, era este criado daquele, eram contemporâneos do livro, logo poderiam ser os respectivos modelos dos personagens.

Caso queira o leitor destas plagas de belicosíssimos, por sua vez, puxar orelhas por ver Quixote de parrelha em artigo com regionalismo, um lembrete: além do clássico poema nativista castelhano que é uma versão do Fausto, por exemplo, existe uma versão do Quixote em conto regionalista aqui mesmo do Rio Grande do Sul, inexplicavelmente afastada de nossas antologias. É o conto encantado *Fidêncio Quixote*, publicado em livro em *Coxilhas*, 1956, de Darcy Azambuja, que premiado fora, pela Academia Brasileira de Letras, em 1925, com os contos de *No Galpão*, e também autor de *Teoria Geral do Estado*, que até este deslustrado em coisa jurídica, que sou, sabe lembrada, é claro. De resto, um belo tesouro temático insinuou-se numa expressão da primeira tradução espanhola, em 1985, em plena Madri, do *Historia Regum Britanniae*, de Geoffrey de Montmouth, do século XII, cabeceira compilatória, após a *Historia Britonnum*, de Nênio, escrita no ano 679, do longo caudal das fontes do Quixote fazendo o rei Artur comparecer, no início remoto de suas lendas, como *noble caudillo*.

É o novo mundo presente no traduzir do velho, vitória da América para a qual veio a maior parte dos exemplares da primeira edição do Quixote, fato apontado pelo conhecedor-mor Rodríguez Marín do descarnado maior campeador de moinhos de vento.

Quanto mundo comparece numa simples tentativa de abordar coisas do que é nosso e seus vínculos. Simples, mas sábio – é o velho dito referindo o amplo, o mundo velho sem porteira.

Alberto Crusius é auditor independente, ficcionista, poeta, crítico e roteirista, com quatro obras editadas, e publicado inclusive em Portugal e nos Estados Unidos. Nosso décimo número tem conto seu sobre o Quixote.

Eça de Queirós. Fotografia extraída da obra *A Vida de Eça de Queirós*, de Luís Viana Filho. Editora Nova Fronteira, Pró-Memória, Instituto Nacional do Livro, 1984.

Eça de Queirós

Luís António Noronha Nascimento

EÇA de Queirós nasceu em 1845 na Póvoa de Varzim e morreu em 1900 em Paris. Logo após o nascimento, Eça foi retirado da esfera da mãe e do pai e levado para Vila do Conde (encostada à Póvoa de Varzim), onde foi baptizado.

A proximidade cronológica destes factos e a diversidade territorial onde ocorreram provocaram durante tempos a questão de se saber onde verdadeiramente havia nascido Eça de Queirós. Ambas as cidades se arrogavam o direito de terem sido berço de um dos maiores génios literários portugueses; hoje as dúvidas desvaneceram-se e o local do seu nascimento ficou para sempre indexado à Póvoa de Varzim.

Eça era filho fora do matrimónio e provinha de famílias social e economicamente bem situadas na vida e na sociedade.

Seu pai era juiz e foi ele quem (por ironia do destino) veio a julgar criminalmente outro dos escritores cimeiros do novecentos português: Camilo Castelo Branco.

Camilo, na sequência da sua paixão amorosa com Ana Plácido (casada com um abastado homem de negócios do Porto), foi julgado por crime de adultério e esteve preventivamente preso na Cadeia da Relação do Porto. Aí, Camilo conheceu uma das figuras emblemáticas da criminalidade da época (José do Telhado), que havia sido autor de diversos assaltos à frente de um exército irregular de camponeses, pondo em sobressalto o norte de Portugal; Camilo retratou em diversas páginas literárias esse José do Telhado, que conheceu no cárcere e que marcou o imaginário da gente pobre de então, que lhe atribuía o lema mítico de roubar aos ricos para dar aos pobres.

Camilo, como se disse, veio a ser julgado e absolvido pelo pai de Eça; ainda hoje, no centro do Porto, se ergue o bonito edifício de dois pisos onde teve lugar o julgamento.

Durante os anos pueris da sua infância, Eça viveu com seu avô em Verdemilho, pequena aldeia na periferia de Aveiro, cidade

do litoral sediada a meia distância entre Porto e Coimbra. Curiosa e casualmente, Verdemilho haveria de ficar no trajecto literário português do séc. XX, quando Aquilino Ribeiro aí situou o termo do percurso itinerante do almocreve, figura central de uma das suas obras-primas, *O Malhadinhas*.

Eça fez os estudos liceais no Porto, no colégio pertencente à família daquele que foi um dos seus grandes amigos: o Conde de Resende. Com a irmã do Conde, Maria Emília (loira, como todas as personagens femininas que perpassam nuclearmente os seus grandes romances), viria Eça a casar, e dela teria quatro filhos.

EM COIMBRA EÇA CONCLUIU O CURSO DE DIREITO E SE INICIOU NO AMBIENTE LITERÁRIO

À data, Portugal só tinha uma cidade universitária: Coimbra. Aí concluiu Eça o seu curso de Direito, se iniciou no ambiente literário da época e conheceu alguns daqueles que marcaram a literatura portuguesa da segunda metade do séc. XIX; particularmente marcante dentre eles surge a figura de Antero de Quental (poeta e filósofo), que Eça descreve num texto célebre e a quem denominou de "Santo Antero".

Findos os estudos universitários, Eça passou por Évora, Lisboa, Leiria, onde foi administrador do concelho, o que lhe serviu de entrecho para o seu primeiro grande romance, *O Crime do Padre Amaro*, abraçando de seguida a carreira diplomática que o levou sucessivamente a Havana, Bristol e Paris, onde falece aos 55 anos.

Está sepultado na freguesia a que pertence Tormes, nome que imortalizou em *A Cidade e as Serras*.

À época, nascer fora do casamento era um ferrete social demasiado elevado ainda que – como sucedeu no caso de Eça – os seus próprios pais se tenham casado um com o outro depois do nascimento desse seu primeiro filho. Isso mesmo, conjugado com o facto de Eça não ter, em jovem, convivido praticamente com a família biológica mais próxima, ter-se-á reflectido indelevelmente na escrita queirosiana.

A mulher, nessas condições, sofria a parte de leão da reprovação social; e nos romances queirosianos, a mulher, personagem central à volta da qual se estrutura a acção (Luísa, no *Primo Basílio*; Amélia, no *Crime do Padre Amaro*; Maria Eduarda, em *Os Maias*), é sempre uma simbiose contraditória de algo pecaminoso que transporta consigo, de algo sublime e divino expresso na pose distanciada e senhorial (ou na "carnação ebúrnea" de Maria Eduarda), de algo instintivamente afectivo para o leitor.

Todas essas mulheres dos textos de Eça são loiras. Dir-se-ia que por detrás desse desenho em dois relevos das personagens femininas, Eça deixou expressa, de modo subliminar, a sua dor infantil imperdoável do afastamento maternal forçado e simultaneamente o seu olhar compreensivo (e por vezes de compaixão) sobre o ónus excessivo que a sociedade cobrava à mulher.

Em 1867, entrou em vigor o primeiro Código Civil português, o comumente designado Código de Seabra em homenagem ao grande jurista que o delineou e lhe deu corpo. Neste, consagrou-se uma solução avançada no tocante à situação familiar e legal dos filhos nascidos fora do casamento.

Rompendo com a distinção dicotómica linear de filho legítimo versus filho ilegítimo, aquela lei introduziu um *tertium genus* que equiparou para todos os efeitos ao filho legítimo: o do filho legitimado.

Filho legitimado era o filho nascido fora do casamento, de pais que, depois, se casavam e, assim, o legitimavam. A lei previa, com vinte anos de atraso, a situação que tocava directo a Eça, mas que nenhuma influência podia ter na estruturação ideológica

e mental de quem já era maior e tinha um percurso de vida impressionantemente marcante.

A temática do amor e da sua legitimidade aparece emblematicamente desenhada em *Os Maias* com o incesto de dois irmãos que se desconheciam e se apaixonam.

Separados desde a infância por ocasião da ruptura dos pais, Carlos Eduardo e Maria Eduarda seguem trajectos, vidas e mundos diferentes.

Carlos fica para sempre na família paterna sujeito a uma educação inglesa e a uma aculturação afrancesada; Maria Eduarda acompanha a mãe (Maria Monforte) numa vida errante pela Europa Central, dividida entre a "coqueterie" burguesa e os círculos de artistas de gosto fácil e sucesso desesperadamente procurado.

Conhecem-se na Lisboa oitocentista, no fulgor da vida e do corpo: ele, rico, culto e conhecido; ela, bela, distante, estrangeirada e apetecível numa cidade de tiques provincianos, com aquela auréola nebulosa de quem vem de longe sem se saber bem de onde.

Quando se apaixonam, Carlos e Maria Eduarda ignoram por completo a sua ligação biológica.

Desejam-se, mantêm uma relação proibida entre o sigiloso e o público, pensam numa vida conjugal comum aceitando afrontar preconceitos sociais, num crescendo sabiamente induzido que faz lembrar a tragédia clássica grega.

De repente, Carlos sabe, por um amigo íntimo, que é amante da própria irmã. Enquanto para o amigo (João da Ega) a relação incestuosa assume desde o início o sabor amargo de um pecado inexpiável, por nula que seja a culpa dos amantes (à moda, um pouco, da responsabilidade sem culpa associada ao pecado original religiosamente instituído), em Carlos a mutação é lenta e culturalmente determinada: de início, recusa aceitar que a mulher que ama seja sua irmã; depois, sabendo que é irmã, continua a desejá-la e a possuí-la porque nada mudou entre o que é e o que foi, antes de saber o que sabe; por fim, afasta-se de Maria Eduarda porque o peso secular de uma herança cultural assimilada e transmitida de geração em geração abafa, anula e enjoa a explosão de desejo carnal que estivera na base da ligação amorosa.

OS MAIAS É, TALVEZ, A ANÁLISE MAIS CORROSIVA, MAIS PROFUNDA, MAIS IRÔNICA, MAIS DRAMÁTICA DA SOCIEDADE LISBOETA DO SÉCULO XIX

Não é o carácter pretensamente mefistofélico de Eça que pode explicar toda a seqüência do incesto; este é demasiado importante no conjunto romanesco de *Os Maias* para ser desvalorizado com uma justificação de somenos.

Provavelmente o que Eça, aqui, induz é a questão da legitimidade do amor, de quais os seus limites e das suas condicionantes.

O que é que faz que, nada tendo mudado objectivamente, se produza lentamente um avatar tão profundo no desejo carnal de dois seres?

O que torna legítima ou ilegítima uma união tão intensamente conseguida que é posta em xeque por força de um dado cultural que, antes de ser conhecido, nenhuma influência tinha? Mas se é um dado cultural que condiciona e proíbe a relação amorosa entre irmãos, por que motivo se consideram irmãos aqueles que nenhuma afinidade educacional tiveram na vida e que sempre estiveram tão longe entre si que só um acaso cósmico os aproximou? Por que motivo uma valoração cultural condiciona a aproximação física de homem e mulher ligados pelo sangue quando nenhuma valoração está por detrás da definição biológica do conceito de irmão? Por que motivo uma valoração cultural amarra para sempre um conceito biológico e o conceito biológico não pode atirar borda

fora uma valoração cultural?

Tais são, no fundo, as perguntas esfíngicas que a escrita enigmática de Eça deixa suspensas no ar como se a inquietude do leitor fosse o receptáculo exacto das dúvidas a solucionar.

Os Maias é, talvez, a análise mais corrosiva, mais profunda, mais irónica, mais dramática da sociedade lisboeta do séc. XIX.

Eça não é um escritor das sociedades rurais como Camilo ou Aquilino Ribeiro; Eça é um escritor urbano, de meios urbanos, utilizando uma linguagem moderna e urbana, de tiques e cultura citadina (de grande cidade), o que lhe confere (mais de cem anos depois) uma modernidade surpreendente, fascinante e atraente.

Durante séculos, o Norte de Portugal (onde Eça nasceu e viveu até a idade universitária) não teve grandes cidades.

O Norte de Portugal era uma extensa área geográfica de grande densidade demográfica, com povoamento disperso e um número infundável de vilas, aldeias e pequenas cidades.

O aparecimento no séc. XVI do milho grosso americano (o milho miúdo) veio facilitar a alimentação de mais gente e aumentar exponencialmente a população de tal forma que começa, logo a seguir (no séc. XVII), a construção dos socalcos do Douro para alargar a área de cultivo (de início para o milho, depois para a vinha).

No início do séc. XIX, o Norte de Portugal ainda não tinha grandes urbes. Lisboa permanecia como a única grande cidade portuguesa, e as que se seguiam, em extensão populacional, eram Évora e Coimbra.

O Porto, como cidade burguesa por excelência a que qualquer aristocrata tinha acesso difícil (nenhum nobre podia estadiar no Porto por mais que três dias nem os reis tinham, aí, palácio próprio), somente ao longo do séc. XIX ganhou importância crescente por força da revolução industrial que o alcançou a verdadeiro centro económico e financeiro do País. A colónia inglesa que se instalou no Porto, a partir do séc. XVII, ajudou a rápida ascensão do Porto como burgo líder do movimento burguês que a transformou na maior cidade portuguesa após Lisboa.

Apesar disso, o Porto mantinha-se como urbe de tiques rurais rodeada de extensas zonas onde o ruralismo era a pedra de toque; cosmopolita, só mesmo Lisboa na sua versão urbana de capital de um império renovado com a aventura africana iniciada depois da Conferência de Berlim.

É essa Lisboa que se adapta como uma luva à escrita urbana de Eça.

O poder político concentrado em Lisboa, a alta burguesia citadina futilizada, o decadentismo literário, um mundo de altas esferas que procura copiar a influência afrancesada que funcionava como a pedra de toque do “chic” social, tudo isso nos aparece retratado caleidoscopicamente nos *Maias*. Esse mundo e essa sociedade, onde não havia lugar para as classes populares, mas tão-só para gente desafogada que procurava o poder ou vivia na periferia dele, era o ideal para a escrita elaboradamente urbana de Eça.

Mas *Os Maias* permite ainda uma outra leitura, metafórica e a outro nível.

Nos *Maias* está expresso – mais do que em qualquer outra obra do top literário português – o passado “negreiro” da nação como factor emblemático da sua lenta degenerescência.

A escravatura havia desaparecido nos países europeus com o feudalismo; mas regressou mais tarde com a colonização europeia em África e nas Américas. Ainda hoje existe, em Lagos, o mercado dos escravos onde, no início do séc. XV, se terá feito a primeira partilha de escravos africanos no decurso das navegações henriquinas.

O tráfico de escravos tornou-se, dos séc. XVII a XIX, um comércio rendoso que permitia o enriquecimento dos empresários-traficantes: os negreiros.

Carlos Eduardo da Maia, personagem central do romance, é o produto acabado de duas estirpes antagónicas: pelo pai, descende dos Maias, que encarnam, principalmente através da figura ímpar e cimeira do avô (Afonso), as virtudes ancestrais da honradez e da honorabilidade das gerações antigas cuja ligação à terra é ainda o aval da permanência desses atributos; pela mãe, descende dos Monfortes, de passado nebuloso, e que tem no avô negreiro e traficante de escravos, que enriquece rapidamente através de negócios que ninguém decifra, mas se imaginam, o antípoda moral de Afonso da Maia.

Carlos é, assim, a simbiose entre o Portugal nobre e impoluto que mergulha as suas raízes na profundura dos tempos e da honra e o Portugal do negócio fácil e sujo, do passado negreiro onde o valor do homem é rebaixado ao nível da mercadoria animal.

O trajecto da vida de Carlos da Maia ficará indelevelmente marcado pela “degenerescência” da sua estirpe: homem superiormente culto e inteligente, programado para um futuro de sucesso, vai-se lentamente esvaziando de sonhos e de acções como se uma causa destrutiva esboroasse esse trajecto.

É impossível deixar de relacionar esta leitura metafórica com aquela outra que, mais tarde, Eça nos permite em *A Ilustre Casa de Ramires*. Aqui, Gonçalo, o fidalgo de Ramires, emigra para África como se esse fosse o novo destino de redenção de um país que, só renovando-se, sobreviveria; simplesmente em *A Ilustre Casa* já a escrita queirosiana deixara de visualizar Portugal como uma enorme “choldra” ridícula e sem solução e passava lentamente a encarar-lo como algo que era preciso renovar e salvar, como se Eça iniciasse, afinal, um lento regresso às suas origens.

O PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO NASCEU COM EÇA. ENTROU-SE NA FASE DA LINGUAGEM ORAL E CITADINA TRANSPOSTA PARA O PAPEL

A escrita queirosiana tem na verdade dois grandes registos cronológicos que se sucedem.

O primeiro é o da sua fase de crítica social e política, do tempo em que – excepção feita ao *Crime do Padre Amaro*, que se desenrola numa pequena cidade de província – a burguesia citadina de Lisboa é o objecto do seu penetrante monóculo.

Eça destila, aí, uma visão irónica sobre um país mesquinho, inculto e parlo, de um provincianismo patente que nem a cópia do “chic” estrangeiro consegue esconder.

Portugal era visto como um país sem futuro e não valeria sequer a pena tentar mudar esse estado de coisas.

Nos *Maias*, um diálogo célebre entre Carlos da Maia e o seu grupo íntimo de amigos (todos superiormente dotados) dá a cor local a essa visão pessimista de Eça: se Cruges fizesse uma boa ópera, ninguém a representava; se João da Ega escrevesse um bom livro, ninguém o lia. Ou seja, o país não merecia aqueles que, sendo bons, não deveriam ser deste país porque o país nem sequer reconhecia quem era bom.

Com o tempo, Eça introduz um registo diferente na sua escrita, patente em obras tão díspares como *A Ilustre Casa de Ramires*, *A Cidade e as Serras* ou o conto *A Catástrofe*.

Deixa de haver uma ambiência citadina exclusiva e a cena romanescas transfere-se também para o campo; a vida simples do meio rural surge-nos como mais autêntica do que a da “civilização” citadina, e percebe-se que Eça começa a questionar-se sobre o que fez, afinal, a sua geração pelo país onde nasceu.

Portugal deixa de ser visto como a “choldra” e há por vezes a procura de uma solução emblemática que funciona como a própria redenção metafórica do país (é o caso de *A Ilustre Casa de Ramires*).

Em *A Catástrofe* essa nova mensagem de Eça atinge então uma linguagem inequívoca despida de qualquer ambigüidade.

O país de que todos diziam mal, esse país pelo qual ninguém fez nada, foi conquistado e ocupado pelo estrangeiro. E é a nova geração, a geração dos filhos dos maldizentes que organiza a resistência, que irá libertar o país e repô-lo de novo no concerto das nações respeitadas – tal é, no essencial, o grito desse conto.

Eça, que passou quase toda a vida de adulto no estrangeiro dardejando de fora os males da pátria, ele que já ia nos quarenta e muitos anos quando, pela primeira vez, pisou Tormes, repensa-se a si e aos da sua geração, perguntando muito simplesmente o que fizeram pelo país que criticam e se não serão os vindouros, seus descendentes, a fazer o que eles deviam ter tentado fazer.

A escrita queirosiana é (conforme dissemos) urbana, incidindo sobre temas da grande burguesia cidadina lisboeta antes de atingir a sua fase final, e com tonalidades típicas da linguagem oral que lhe conferem características perfeitamente inovatórias no conjunto da literatura dos países de língua portuguesa.

Será isso que, provavelmente, confere uma atracção instintiva à escrita de Eça, que conduz insensivelmente o leitor a mundos novos na maneira de dizer, de sentir, de ouvir, de percepção, tão próximos, afinal, da vivência quotidiana dos tempos modernos.

Daí que se possa dizer que o português contemporâneo nasceu com Eça; com Eça desapareceu o carácter hiperbólico do discurso anterior e entrou-se na fase da linguagem oral e cidadina transposta para o papel com a adesão intuitiva da massa indiscriminada de leitores.

Tudo isto ajudará, talvez, a explicar várias coisas.

Explicará, desde logo, o olhar crítico que os intelectuais portugueses tiveram sobre Eça ao longo do tempo.

As obras de Eça foram, desde início, sucessos espantosos, sorvidas sofregamente em Portugal e no Brasil a tal ponto que ofuscaram obras de outros autores seus contemporâneos com pretensões similares em descrever criticamente a sociedade portuguesa da época (o caso de César Machado, completamente ofuscado pelo romance queirosiano).

Simplesmente, a nível da crítica literária, a obra queirosiana não teve de início os mesmos encómios; havia, na literatura portuguesa, uma tradição de linguagem e de criação de tipos característicos de meios não especificamente urbanos (de que Camilo Castelo Branco é o expoente genial máximo), de tal sorte que o aparecimento de uma linguagem diferente levou a uma incomodidade mal digerida.

Como todos os países europeus, Portugal, com a fase pós-industrial do seu desenvolvimento (Portugal foi sempre, antes da adesão à União Europeia, um país periférico do capitalismo central), transformou-se numa sociedade cada vez mais urbanizada em detrimento das manchas de ruralidade que se foram mantendo.

Estavam criadas, com isso, as condições óptimas para que a escrita queirosiana ganhasse, unanimemente, a aceitação generalizada que, hoje, tem cada vez mais. A sua linguagem cidadina e oral, de uma finura estilizada que lhe confere um nível literário incomparável, condiz bem mais com a sociedade urbana do que com a sociedade rural oitocentista.

Curiosamente, algumas reticências que, em vida de Eça, se pretendeu pôr à sua obra nunca tiveram qualquer correspondência do outro lado do Atlântico, no Brasil. Aqui, Eça foi lido, desde o início, com o entusiasmo incondicional que, hoje, também se põe em Portugal.

Exemplo lapidário do que se disse temo-lo em *A Relíquia*.

Eça concorreu com essa obra a um importante prémio literário da época. Ficou em segundo lugar; o primeiro lugar foi atribuído a um conhecido escritor do “establishment” cultural e político de então (Pinheiro Chagas).

Mais de um século decorrido, *A Relíquia* permanece nos anais da literatura portuguesa conjuntamente com o génio que a

produziu; Pinheiro Chagas é um escritor de terceiro plano do séc. XIX e o texto premiado passou, definitivamente, ao esquecimento.

Nas suas derradeiras obras, Eça atinge um brilho estilístico incomparável a ponto de a sua escrita parecer tocar o céu.

Estamos a pensar nas suas *Vidas de Santos*, e muito particularmente no conto relativo a S. Cristóvão. A plasticidade artística conseguida, de uma beleza incomparável, raramente terá tido alguma correspondência na literatura portuguesa.

Há quem defenda que Wagner, ao compor o seu *Parsifal*, fez um resumo sublime das descobertas sinfónicas e operáticas que ao longo da vida foi obtendo; é uma sensação similar que se tem ao ler aqueles textos finais de Eça.

Parece que o genial escritor condensou, aí, as inovações plásticas que a arte lhe foi sugerindo, legando-nos a síntese final da beleza estilística da escrita.

Eça de Queirós pertenceu a uma das mais célebres gerações de escritores portugueses (a geração de 70).

A primeira metade do séc. XIX já fora marcada pela existência de escritores de primeira água; a segunda metade traz-nos, entre outros, o denominado grupo dos “Vencidos da Vida”, englobando Eça, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Guerra Junqueiro e Antero de Quental (a consciência moral do grupo).

Influenciado pelas novas correntes estéticas do realismo, que em França têm como expoente Flaubert, Eça defende-as num colóquio que proferiu nas célebres *Conferências do Casino*, conferências que não tiveram contudo qualquer continuidade porque, entretanto, o Governo de então as proibiu.

À época, estava Eça no início da sua vida literária.

Quando, décadas depois, morreu, foi sepultado no Douro, perto de Tormes.

O Douro das paisagens inesquecíveis, dos socacos e dos vinhedos, dos vales transversais a correr a pique para o rio, das mutações súbitas de paisagem a cada torcicolo da montanha, dos miradouros panorâmicos nas alturas com a terra e o rio ao fundo a perder de vista, esse Douro – de onde provinha a família da sua mulher – estará recorrentemente presente na obra queirosiana.

Aparece-nos logo nos *Maias* com a Quinta de Santa Olávia, pertença de Afonso da Maia que ele visita religiosamente e que é religiosamente administrada pelo procurador Vilaça.

Permanece na *Ilustre Casa de Ramires*, romance centrado no Douro e onde é possível surpreender nas suas designações toponímicas localidades dos dias de hoje. A casa de Ramires, com a sua torre medieval, a Torre da Lagariça, ergue-se na margem esquerda do Douro, debruçada sobre o vale transversal do Cabrum, a uma cota relativamente similar à de Tormes.

Por fim, cristaliza-se miticamente em Tormes, o centro nuclear de *A Cidade e as Serras*.

Aí, no meio do verde deslumbrante das encostas serranas ou dos vinhedos cor-de-fogo durienses que o outono cobre na placidez dos dias de outubro, dorme um dos génios irrepetíveis, imperdíveis e incopiáveis da literatura lusitana.



Foto: acervo do autor

Luís António Noronha Nascimento é Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal e foi Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura.

Breve oração para Coimbra

Álvaro Alves de Faria

IMPOSSÍVEL falar de Coimbra sem recorrer à poesia. Pelo menos para mim. A primeira vez que vi Coimbra, eu atravessava a ponte de Santa Clara em companhia de meu pai, que havia falecido 25 anos antes, mas estava ali comigo, madrugada fria, envolvido em acenos que nunca tive. Do meio da ponte, vi Coimbra ao alto toda acesa, tantas luzes amarelas, do chão até onde está a universidade. Depois, vi Coimbra mergulhada no Mondego, do chão para dentro da água, como um espelho vivo a se misturar em tudo. A partir daí, nunca mais esqueci Coimbra.

Naquele instante, senti que Coimbra tem alma de mulher. É uma cidade feminina, portanto muito mais bela do que tudo que já vi. Assim tão bela que é impossível falar dela sem recorrer à poesia, à palavra mais delicada, para poder retratá-la como deve ser. Porque Coimbra sempre será mais.

A ela dediquei um livro chamado *20 poemas quase líricos e algumas canções para Coimbra*. É uma carta de amor de um enamorado que nunca vai esquecê-la. Sempre haverei de chegar de algum lugar, lá estará ela de mãos abertas, com suas pequenas ruas a percorrer, sempre, os pés em busca das palavras encantadas para explicá-la. Mas talvez ninguém explique Coimbra. Mas talvez somente será possível amá-la e dela ter saudades, dessas que doem muito, especialmente quando se parte.

Por isso a *Balada da Despedida*, de Fernando Machado Soares e Edmundo Betencourt, é tão verdadeira quanto o ar que se respira, quando diz que Coimbra tem mais encanto na hora da despedida. Cada vez que dela me despeço, parece que sinto a cidade inteira cantar estes versos, enquanto a me despedir parece que de mim me despeço mais um pouco.

Impossível não recorrer à poesia, porque Coimbra é a poesia.

*A face que me oculta
muito mais me faz notar
no espelho das águas
deste rio
deste rio
deste rio
a face que me revela
nestas árvores
nestas ruas
que percorro e não sei
nesta face
faço a face de meu corte
bem no rosto de Coimbra
faço o corte desta face
bem nas águas deste rio
deste rio
deste rio
deste rio
que vai noturno na sua linguagem*

*a se esquecer
de si
e si
como se pudesse.*

Há tantos outros poemas que a ela escrevi como se fosse eu um poeta a se deslumbrar por estas casas e ruas estreitas, este cheiro de um perfume muito antigo que nunca conhecerei, estes gestos quietos de um tempo tão distante de mim que é difícil dizer o sentimento de como se faz o encantamento.

*Entro pela Porta Férrea
e atrás de mim vejo Coimbra
a nascer sentimentos,
um poema de dor
me corta ao meio,
como se de mim estivesse se desfazendo,
por meus dedos medievais.
Em minha cabeça o casario
e os becos escondidos,
a paixão que não sei,
escadas de séculos
na paisagem de pedra,
estas portas,
esta igreja de Santa Cruz,
o rosto renascentista
deste homem que caminha só,
estas capas em meu silêncio,
São Tiago há de seguir-me
por estes largos distantes,
há de seguir-me Santa Isabel,
com seu manto de rainha,
há de seguir-me D. Afonso Henriques,
há de entrar comigo no Convento de Santa Cruz,
há de seguir-me por estas igrejas,
há de levar-me à Praça do Comércio,
e comigo há de subir os degraus da Sé Velha,
há de seguir-me o rio,
há de levar-me para sempre,
onde repousam as águas e as chuvas,
há de falar-me o Mondego suas palavras,
seus espelhos de reis,
mulheres que nunca conheci,
há de entrar comigo pelos pátios
a sombra barroca deste tempo que não cessa,
há de vir comigo à Capela de São Miguel
meu passo incerto nesta noturna paisagem de mim,
há de seguir-me minha sombra
nos olhos brancos de São Salvador,
Santo Agostinho há de dizer-me*

*as palavras guardadas,
há de vir comigo São Jerônimo
por todas as planícies e adros esquecidos,
há de levar-me São Marcos
por entre as trevas,
nuvens de punhais incertos,
há de estar comigo meu rosto na Capela do Sacramento,
onde repousa o olhar
e o gesto quebra o silêncio
como se quebrasse um cristal ausente,
há de seguir-me São João de Almedina
pelos caminhos que não sei,
que nunca hei de saber.*

Assim prossigo, olhar estrangeiro sobre os telhados a deixar-me em cada lugar onde não mais me encontre, como se a me dizer sempre as palavras que me deu Coimbra, tantas canções que guardo nessa bolsa do tempo, para que me possa sempre retornar, como se me descobrisse a cada momento.

*Pela última vez descubro o olhar
que ainda tenho
e atravesso o largo D. Diniz
como se não o fizesse
e permanecesse parado
na ausência de mim.
Pela última vez caminharei pelas brumas,
sentarei pela última vez nos cafés,
pela última vez acordarei Miguel Torga
e com ele andarei de mãos dadas
por todos os lugares de Coimbra,
pela última vez andarei com ele
como se não fosse a última vez,
e na rua que tem seu nome
deixarei um cesto de morangos
e flores brasileiras.
Procurarei com Torga
os poetas e escritores de Coimbra,
as mulheres envolvidas num xale antigo,
essa imagem de Portugal que vejo nas casas,
nos rostos, nos anjos barrocos,
nos túmulos góticos, nas ruínas romanas,
o Palácio de Sobre-Ribas
de Coimbra Manuelina que me comove.
Salta aos olhos o andar dos velhos,
as palavras esquecidas
nos altares e no olhar
de Inês de Castro
que anda pelos becos que não sei,
hei de saber no entanto hei de saber
pela última vez.
Pela última vez molharei as mãos nas águas do rio,
pela última vez colherei uvas da vinha
que não tenho no fundo do meu quintal,
pela última vez visitarei a Capela do Sacramento,
pela última vez entrarei na Igreja do Carmo,
pela última vez,
pela última vez dormirei nas repúblicas
para adormecer palavras de silêncio,
pela última vez
procurarei Santa Justa e Santo António dos Olivais,
pela última vez
pela última vez
pela última vez*

*entrarei nos mosteiros
pela última vez estarei na rua das Azeiteiras,
pela última vez olharei as pombas
no Largo Oito de Maio,
pela última vez
pela última vez verei o Beco de Cima
e olharei meus pés na escada de Quebra-Costas,
pela última vez
pela última vez abrirei a Igreja da Graça,
pela última vez reminescente de mim
visitarei Portugal dos Pequeninos,
pela última vez estarei na rua dos Esteireiros,
pela última vez,
pela última vez,
pela última vez
olharei essa mulher que não conheço,
como se a conhecesse sempre,
pela última vez rezarei por Santa Clara,
pela última vez,
pela última vez descobrirei o olhar
que ainda penso ter
ao atravessar o Largo D. Diniz
como se não o fizesse
e permanecesse parado
na ausência de mim.*

Como não lembrar de Inês e com ela de tantos poetas que passaram por esta universidade, serenatas em capas negras nas portas das igrejas, as esquinas vestidas de canções caladas no fundo do tempo. Como não lembrar de Inês, de Camões a atravessar oceanos de distância com o poema da morte dessa rainha que se fez tão bela e caminha ainda pelas calçadas e pelas ruas a colher talvez flores silvestres:

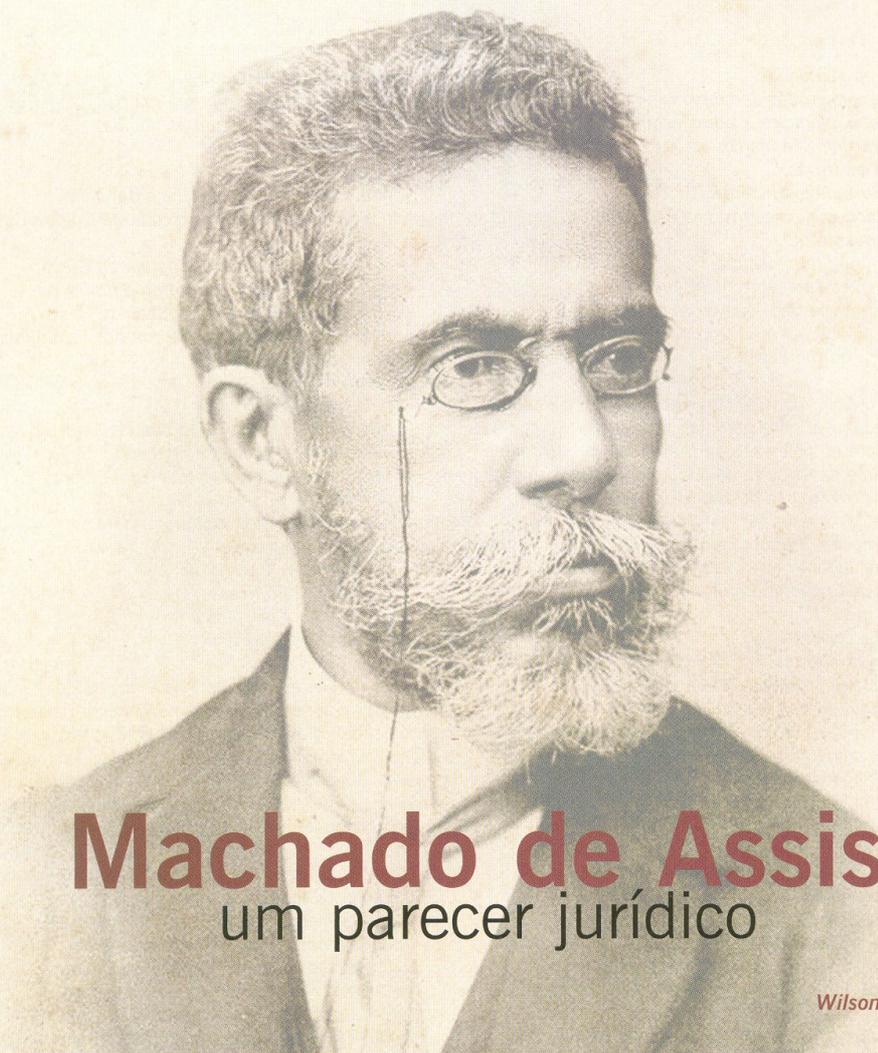
*As filhas do Mondego a morte escura
Longo tempo chorando memoraram,
E, por memória eterna, em fonte pura
As lágrimas choradas transformaram.
O nome lhe puseram, que ainda dura,
Dos amores de Inês, que ali passaram,
Vede que fresca fonte rega as fores,
Que lágrimas são a água e nome Amores!*

Quisera, Inês, junto com Camões, passear contigo ao lado de todos os poetas de Coimbra, esses que vivem ainda em poemas guardados no fundo da vida, onde também repousa Coimbra, um olhar que não se esquece, as águas do rio, essa poesia que se transforma sempre, as águas e Santa Clara, a santa e o rio que deslizam silêncios nos calendários e se deixam renascer sempre a cada chegada, a cada despedida.



Foto: José Moura

Álvaro Alves de Faria é jornalista, poeta e escritor. Poeta da Geração 60 de São Paulo. Autor de, entre outros, *20 poemas quase líricos e algumas canções para Coimbra* e *Poemas portugueses*, livros publicados em Portugal, e dos romances *Autopsia*, *Dias perversos* e *Sete anos de Pastor*.

A black and white portrait of Machado de Assis, an elderly man with a full, white beard and mustache, wearing round-rimmed spectacles and a dark suit jacket over a light-colored shirt. The portrait is centered in the upper half of the page.

Machado de Assis: um parecer jurídico

Wilson Carlos Rodycz

EM 28 de setembro de 1871, nos estertores do regime escravista, foi editada a Lei nº 2.040, que estabeleceu a liberdade dos filhos de mulher escrava – conhecida como “Lei do Ventre Livre”. Essa norma também dispôs sobre o recurso de ofício das decisões contrárias aos interesses do escravo, dizendo que “haverá apelações *ex officio* quando as decisões forem contrárias à liberdade”. O rito do processo deveria ser sumário. Num dos artigos também foi instituído um sistema de matrícula de cativos, estabelecendo que os escravos não matriculados no prazo de um ano, por culpa ou omissão dos senhores, seriam considerados libertos. Essa lei teve vários regulamentos, repetindo o de 1º de dezembro daquele ano que as sentenças contrárias à liberdade estavam sujeitas a recurso de ofício.

Armou-se ferrenha disputa acerca da imprescindibilidade ou não do recurso de ofício quando a ação fosse intentada pelo proprietário visando a justificar a omissão da matrícula – no caso de procedência do pedido.

Numa dessas quizilas, o Juiz Municipal de Rezende, julgando em favor do senhor de escravos, declarou a desnecessidade do recurso de ofício, porque a ação era ordinária, diversa da ação da lei especial, que havia sido proposta pelo

senhor, a favor da sua propriedade.

A tese dos abolicionistas era em sentido contrário; a decisão somente passaria em julgado com o recurso de ofício ao argumento de que, ainda que não fosse aquela proposta pelo escravo, de rito sumário, era contrária à liberdade. A Presidência da Província do Rio de Janeiro também entendia caber recurso de ofício no caso de a sentença favorecer ao senhor, por prejudicar, *ipso facto*, a liberdade.

Ao chegar à Diretoria de Agricultura, que atuava como assessoria do Presidente provincial nessa matéria, e onde se procediam às matrículas dos escravos, produziram-se pareceres antagônicos. “A questão me parece clara”, opinava Castro Silva, um dos diretores de seção. “Basta considerar que no Regulamento de 19.12.1871 se trata da libertação do escravo, que deixou de ser matriculado, e cuja reivindicação é permitida por ação ordinária nos termos do art. 19, e que o art. 7º da Lei nº 2.040, de 28.09.1871, (...) se refere ao processo, aliás sumário, para a alforria por indenização do valor ou remissão.”¹ Destarte, na sua opinião, os escravos deviam ser matriculados, independentemente de apelação *ex officio*. Villas Boas, outro servidor, contrariou-o, invocando Aviso do Ministério à Presidência da Província de Minas Gerais, argumentando que “somente depois de passada

em julgado a sentença é que poderia ser matriculado o escravo”,² o que somente ocorreria após o duplo julgamento.

O caso foi parar na Procuradoria da Coroa, exercida pelo Desembargador João Saião Lobato, que opinou no sentido da necessidade da confirmação da sentença pela Relação, sem o que não passaria em julgado, e os escravos objeto da decisão não podiam ser matriculados.

Não se conformando ainda com essa opinião, Gusmão Lobo, titular da Diretoria de Agricultura, solicitou outro parecer, dessa feita ao chefe da 2ª Seção. Como diz Lenine Nequete, o estranho é que esse chefe era ninguém mais, ninguém menos do que JOAQUIM MARIA MACHADO DE ASSIS, que não um grande jurista – nem sequer era formado em Direito! –, sem credenciais, em princípio, para deslindar o imbróglio.

Machado tinha publicado alguns contos, poesias e um romance, *A mão e a luva*, e por essa época escrevia *Helena*, que passaria a ser publicada em folhetins no jornal *O Globo*. Não obstante, produziu um parecer que, embora não tenha sido acatado pelo Diretor, teve, dias depois, o seu sentido chancelado pela Seção de Justiça do Conselho de Estado do Império.

O texto é um deleite. Estilo sóbrio, conciso. Conclusão convincente. Os argumentos jurídicos são exemplo de interpretação teleológica, numa época em que isso não era usual. Basta lembrar que o grande Teixeira de Freitas, escrevendo sobre a mesma lei, defendeu a sua inconstitucionalidade por violar o direito de propriedade dos senhores de escravos...³ Messias Junqueira, em palestra na UnB, disse que os pareceres de Machado na Inspetoria de Terras sempre o impressionaram: “Eu confesso a emoção que tinha ao ler essas informações de Machado de Assis. Porque sempre imaginava: quem sabe, foi com essa mesma pena, quem sabe foi nesse mesmo dia, com essa mesma tinta, que Machado de Assis, no seu retiro do Cosme Velho, havia escrito que a Capitu, quando contava uma verdade, arregalava os olhos, que era como se fosse arregalar a verdade. Ou quem sabe foi nesse mesmo dia, com essa mesma pena, e essa mesma tinta, que ele havia escrito aqueles versos a Carolina, já morta, e que serão recitados enquanto o coração brasileiro pulsar emocionado debaixo do sol: “Eu fitei-a nos olhos malferidos/ Pensamentos de vida formulados/ São pensamentos idos e vívidos.”⁴

Enfim, a transcrição desse parecer vale por permitir sentir no trabalho do nosso escritor maior um saber jurídico não advindo da academia, mas da sensibilidade humana. O texto serve ainda para desautorizar certa linha de crítica que propagou que Machado era alheio à causa da abolição, um pouco a sua causa também.

“Obedecendo ao despacho da Diretoria, examinei detidamente estes papéis, e, à vista deles é das disposições legais, direi resumidamente o que me parece.

“No art. 7º, §2º, da lei de 28.9.1871, se diz que das decisões contrárias à liberdade, nas causas em favor desta, haverá apelação ex officio. Pelo art. 19 do Regulamento de 1º de dezembro do mesmo ano, os escravos que não forem dados à matrícula por culpa ou omissão dos senhores serão considerados libertos, salvo aos mesmos senhores o meio de provar, em ação ordinária, o domínio que têm sobre eles, e não ter havido culpa ou omissão sua na falta da matrícula.

“Pergunta-se: Das sentenças que, na hipótese do art.19, forem contrárias à liberdade, cabe apelação ex officio?”



Machado de Assis. Imagem gentilmente cedida pela Academia Brasileira de Letras.

“Minha resposta é afirmativa. Para responder de outro modo, fora preciso fazer entre os dois casos uma distinção que não existe, e que, a meu juízo, repugna ao espírito da lei.

“O argumento principal que acho nestes papéis, favorável à negativa, é que as causas de que trata o art. 19 do Regulamento não são a favor da liberdade, isto é, não são propostas pelo escravo, mas pelo senhor, a favor da escravidão, entenda-se, a favor da propriedade.

“Esta diferença não é radical, mas aparente e acessória. As causas do art. 19 é certo que não as propõe o escravo, mas o senhor; não têm por objeto imediato a libertação, mas a prova da propriedade do senhor e da força maior que deu lugar à falta de matrícula. Mas em que é que tal diversidade de origem pode eliminar o objeto essencial e superior do pleito, isto é, a liberdade de escravo?”

“Importa pouco ou nada que o recurso à Justiça parta do escravo ou do senhor, desde que o resultado do pleito é dar ou retirar a condição livre ao indivíduo nascido na escravidão. Acresce que, na hipótese do art. 19, a decisão é contrária à liberdade adquirida, anula um efeito da lei, restitui à escravidão o indivíduo já chamado à sociedade livre; neste, como no caso do art. 7º da lei, é a liberdade que perece; em favor dela deve prevalecer a mesma disposição.

“Na diferença entre ação sumária (art. 7º da lei) e ação ordinária (art. 19 do Regulamento) não estará, penso eu, a razão da diferença para a aplicação do recurso de que se trata. Ser sumário ou ordinário o processo, suponho que apenas lhe diminui ou multiplica os trâmites, circunstância alheia ao ponto litigioso.

“Outrossim, convém não esquecer o espírito da lei. Cautelosa, eqüitativa, correta, em relação à propriedade dos senhores, ela é, não obstante, uma lei de liberdade, cujo interesse ampara em todas as suas partes e disposições. É ocioso apontar o que está no ânimo de quantos a têm folheado; desde o direito e facilidades de alforria até a disposição máxima, sua alma e fundamento, a lei de 28 de setembro quis, primeiro que tudo, proclamar, promover e resguardar o interesse da liberdade. Sendo este o espírito da lei, é para mim manifesto que num caso como o do art. 19 do Regulamento, em que, como ficou dito, o objeto superior e essencial é a liberdade do escravo, não podia o legislador consentir que esta percesse sem aplicar em seu favor a preciosa garantia indicada no art. 7º da lei.

“Tal é o meu parecer, que sujeito à esclarecida competência da Diretoria.

“Em 21.7.1876.

“Machado de Assis”⁵.

¹ SILVA, A. J. Castro. Parecer. Apud NEQUETE, Lenine. *O escravo na jurisprudência brasileira. Magistratura & ideologia no 2º Reinado*. Porto Alegre: edição do TJRS, 1988, p. 258.

² VILLAS BOAS, Dinis. Parecer. Apud NEQUETE, Lenine, op. cit., p. 258.

³ FREITAS, Augusto Teixeira de. A Lei nº 2.040, de 28.9.1871, artº 1º, e o Regulamento nº 5.135, de 13.11.1872, artº 1º, violaram o direito de propriedade. In *O Direito*, v. 9, 1876, p. 609-617. Apud NEQUETE, Lenine, op. cit., p. 283.

⁴ JUNQUEIRA, Messias. Formação territorial do país. *Caderno Encontros da UnB, Seminário Terras Públicas no Brasil*, 17 a 19 de abril de 1978, coordenador Walter Costa Porto. Brasília: Editora da UnB, 1978, p. 13 a 20.

⁵ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Machado de Assis desconhecido*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1955, p. 162-170, apud NEQUETE, Lenine, op. cit., p. 259-260.

Wilson Carlos Rodycz é Desembargador aposentado - TJRS.